

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

REGINALDO SOARES DE AZEVEDO

ESPAÇO DE MEMÓRIA: REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA CÍVICA

**GOIÂNIA,
MARÇO DE 2016**

ESPAÇO DE MEMÓRIA: REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA CÍVICA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Rildo Bento de Souza.

GOIÂNIA,
MARÇO DE 2016

REGINALDO SOARES DE AZEVEDO

ESPAÇO DE MEMÓRIA: REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA CÍVICA

Monografia defendida no Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovada em de 2016, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rildo Bento de Souza
Universidade Federal de Goiás – FSC/UFG

Prof^a. Dra. Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira
Universidade Federal de Goiás – FSC/UFG

Prof^a. Ms. Danielle do Carmo
Universidade Federal de Goiás

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia da FCS/UFG, a todos os Professores e demais profissionais da área da educação que estiveram direta ou indiretamente inseridos em minha trajetória educacional até este presente momento. Como também toda minha família, meus amigos e demais colegas de curso.

AGRADECIMENTOS

Sinto que estou concretizando mais um sonho em minha vida acadêmica, pois desde muito tempo atrás, já sonhava em fazer um curso ligado ao Patrimônio Cultural, principalmente que pudesse agregar de maneira mais abrangente e interdisciplinar, outros conhecimentos adquiridos em cursos anteriores de graduações e especializações já realizadas por mim, em tempos outrora.

Agradeço então a todos que caminharam comigo neste processo educacional de ensino e aprendizado durante o curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, ao longo de quatro anos, onde tivemos a oportunidade de apreender juntamente com os professores, inúmeros aspectos educacionais conciliando sempre teoria e a prática de maneira interdisciplinar, vinculados diretamente a área de museologia e afins, visando sempre a formação de um profissional ético, autônomo, crítico, preocupado em prestar o melhor serviço possível a comunidade e a sociedade, como um todo, tornando-se assim, um mediador cultural, com a missão profissional de transmitir e divulgar conhecimento.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo ressaltar a importância e a valorização da memória e da preservação dos bens materiais e imateriais envolvidos no processo da revitalização e restauração do espaço de convivência da Praça Cívica atual Praça Pedro Ludovico Teixeira, praça essa valorizada pela comunidade como símbolo ou marco construtivo da nova capital de Goiás, não por ser a primeira construção, mas pelas inúmeras manifestações culturais, artísticas, sociais, políticas vividas e vivenciadas naquele espaço. Nós, futuros profissionais da área de Museologia devemos estar sempre atentos às mudanças, porém, devemos sempre resguardar, preservar e salvaguardar as documentações, a história e a memória de um grupo, pois como é sabido por todos, que os registros mais remotos que se tem da história da humanidade sempre identificam os homens vivendo em grupos, e o conhecimento é passado de geração para geração, mesmo que as pessoas façam parte de diferentes grupos sociais, construindo no decorrer deste processo a cultura, suas identidades, tradições, modos de agir, falar, criar, fazer, viver, curar, julgar etc. É importante lembrar que a conclusão de todo o complexo de obras da Praça Cívica ocorreu no ano de 1933, mesmo ano em que ocorreu o lançamento da pedra fundamental da cidade no dia 24 de outubro dia do aniversário de Goiânia, realizada por Pedro Ludovico Teixeira. Por esta e muitas outras ações e manifestações a praça é considerada o marco inicial da construção de Goiânia, sendo o próprio ex-governador Pedro Ludovico o primeiro morador do Palácio, fato que demonstra o poder político e administrativo do Estado de Goiás e da importância fundamental desta cidade, que é Capital de Goiás, no percurso da história e da memória de todo povo de Goiás, independentemente de classe social ou hierarquia, a praça é sem dúvida um espaço ou local de atração para os moradores da capital e palco de diversas manifestações e festividades cívicas.

Palavras-chave: Memória, História e Patrimônio

ABSTRACT

This research came to emphasize the importance and value of memory and preservation of tangible and intangible assets involved in the process of revitalization and restoration of the current Civic Square living space Square Pedro Ludovico, square this valued by the community as a symbol or constructive landmark new capital of Goiás, not because it is the first building, but the numerous cultural, artistic, social events, political lived and experienced that space in question. We future professionals of Museology area we must always be aware of the changes, however, we must always protect, preserve and safeguard the documentation, the history and the memory of a group because it is common knowledge that the earliest records that have of human history always identify men living in groups, and the knowledge is passed from generation to generation, even if people are part of different social groups, building throughout this process culture, their identity, traditions, ways of acting, talk, create, do, live, heal, judging etc. It is important to remember that the completion of the entire complex of works from the Civic Square occurred in 1933, the same year that saw the release of the cornerstone of the city on October 24, the anniversary of Goiania held by Pedro Ludovico, by this and many other actions and demonstrations the square is considered the starting point of the construction of Goiania, being himself a former governor Pedro Ludovico the first occupant of the Palace, which demonstrates the political and administrative power of the state of Goiás and the fundamental importance this city, which is Goiás capital, in the course of history and memory of all the people of Goiás, regardless of social class or hierarchy, the square is undoubtedly a space or place of attraction for residents of the capital and stage various events and civic festivities.

Keywords: Memory, History and Patrimony

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	10
CAPITULO I: SURGIMENTO DA CIDADE E DO PODER.....	14
CAPITULO II – A PRAÇA COMO MEMÓRIA.....	29
2.1 - Visita técnica.....	36
2.2 – Placas informativas disponibilizadas para visitantes na Praça Cívica.....	45
CAPITULO III – A PRAÇA COMO HISTÓRIA E PATRIMÔNIO.....	55
3.1 - Mudanças entre seres humanos e cidades:.....	59
CONCLUSÃO:.....	73
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:.....	75

“O desenvolvimento local não é uma ideia nova. O desenvolvimento sustentável, também não, mas a maneira como eles são concebidos, explicados e conduzidos e geralmente equivocada”
Hugues de Varine

INTRODUÇÃO:

A pesquisa científica em questão foi feita através da pesquisa de campo e bibliográfica, buscando a história, as relações e os poderes, a memória e a revitalização do patrimônio cultural, no caso em questão, a Praça Cívica, atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, tendo como finalidade principal fomentar e desenvolver Trabalho de Conclusão de Curso da área de Museologia, Bacharelado, transformando este conjunto de ações e estudos interdisciplinares em mecanismos didáticos apresentados de maneira clara, objetiva, para que futuramente outras pessoas possam ter acesso a este texto.

Este trabalho de conclusão surge da necessidade de valorizar a história de um patrimônio cultural, de grande destaque na cidade de Goiânia-GO, e que faz parte da memória da Cidade, local onde foi lançada a pedra fundamental (marco zero) desta Capital, que foi construída com características Art Déco, projetada pelo Arquiteto Urbanista Atílio Corrêa Lima, com inspirações modernistas e progressistas da Europa e da França, para integrar a nova Capital de acordo com os idéias do Governo da época.

Assim, como todo cidadão nascido nesta Capital tive como ponto de referência para grandes acontecimentos da cidade, a Praça Cívica, como a feira Híppie, onde tive a oportunidade de ter meu primeiro contato com as artes visuais, pois adorava andar nesta feira com os meus pais, comer pipoca, tomar um refrigerante que era muito raro (Crush sabor laranja ou Bidú sabor uva), brincava também no coreto localizado na praça, onde também corria com liberdade, e ainda funcionava as fontes luminosas, não haviam roubos, além ver o artesanato, o homem trabalhando na madeira com o pirografo, os vasos, os potes, os arranjos florais, os artistas de rua, lembro também de um rapaz com roupas diferentes e coloridas que andava de bicicleta chamando a atenção de todos de maneira curiosa e divertida. Também me recordo de outro momento importante que foi a manifestação da Direta Já, momento marcante para a história de Goiás e do Brasil. Como também o movimento do transporte alternativo e outros.

Por ser a Praça principal da cidade é o local onde acontecem os desfiles cívicos, e onde se localiza o Edifício Marieta Teles Machado na Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico - (AGEPEL) Teixeira, anteriormente conhecida como Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira - (FUNPEL), atualmente denominada Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), onde trabalhei de 1999 até 2002.

Por outro lado, é de se ressaltar que a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) era administrada pelo historiador Nasr Chaul, e através de iniciativas governamentais da época (Governo de Marconi Perillo – 1999 a 2002 – 1ª Gestão) foram criadas várias iniciativas no campo das artes em geral, principalmente na literatura, na música, no audiovisual, (Canto da Primavera, o Fica, Centro Cultural Oscar Niemeyer, Centro Cultural Cora Coralina entre outras iniciativas.) estimulando as leis de incentivo voltadas para promoção do Estado de Goiás, enquanto provedora de cultura. Nesta época trabalhei nas galerias Sebastião dos Reis e Frei Nazareno Confaloni, e após no patrimônio material e imaterial, e ainda na arquitetura, nas leis de incentivo culturais (Leis do MinC, Funarte, Rouanet Produzir, Fomentar etc., até criar a Lei Goyazes).

Todas estas iniciativas agregadas aos conhecimentos adquiridos academicamente e vividos e vivenciados como as lembranças e memórias, fizeram que buscasse valorizar minhas raízes e a dos meus conterrâneos, e nada mais atual do que pesquisar a requalificação da Praça Cívica, atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, pois este local simboliza todo o início de nossa cidade e boa parte da formação de nossa cultura e identidade. Assim senti-me na obrigação prazerosa em pesquisar sobre o assunto. Pois a problemática eu já tinha, levantar a história da Praça Cívica, através da pesquisa bibliográfica de especialistas, pesquisadores e catedráticos, tais como: Chaul, Souza, Silva Junqueira, Brayner, IPHAN, Mauro, Nora, Oliveira, Pollak, Sabino Júnior, Sanches, Manso entre outros; além da internet e pesquisa in-loco.

Daí o interesse de abordar uma temática tão pertinente, instigante e valorosa para nossa formação histórica, como a requalificação da Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira antiga Praça Cívica; bem como da memória, tanto para comunidade como para o povo de Goiás, pois perpassa por inúmeros aspectos relevantes, como a formação de identidades.

A Praça Cívica nasceu com o sonho do desenvolvimento e idealização da criação da nova Capital do Estado de Goiás, colocada em prática no Governo do Presidente Getúlio Vargas, pelo Interventor do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira¹. Sendo então responsável pelo projeto do Centro Cívico de Goiânia o

¹ Pedro Ludovico Teixeira, natural da cidade de Goiás-Go, nascido em 23 de outubro de 1891. Filho de João Teixeira Álvares e Josefina Ludovico de Almeida. Estudou no Lyceu de Goiás e medicina no Rio de Janeiro de 1910 a 1916. Retornou em Goiás em 1916. Casou-se em 1918 com Gercina Borges, filha do Senador Antônio Martins Borges e de Maria Conceição Borges. Em 1919 inicia sua trajetória política. Participa da revolução de 1930, e em 21 de novembro desse mesmo ano é nomeado como interventor do

Arquiteto, Urbanista e Paisagista Atílio Correia Lima². A Praça Cívica é considerada a primeira construção desta nova capital, com características modernas e progressistas com estilo arquitetônico e decorativo Francês e Europeu denominado de Art Decó, em 1933. Nesta Praça se encontram os principais prédios da administração do Governo de Goiás incluindo o Palácio das Esmeraldas e o monumento das três raças.

As obras de requalificação da Praça Cívica tiveram início no dia 02 de fevereiro de 2015 e o prazo máximo de entrega da obra eram de até 10 meses, sendo executada por aproximadamente 60 trabalhadores. Tendo sido antecipada a sua inauguração para o dia 24 de outubro de 2015, para enaltecer as festividades comemorativas do aniversário de Goiânia, mesmo ainda estando em fase final para sua conclusão.

O primeiro capítulo deste trabalho trata do surgimento da Cidade e Do Poder, o qual segue uma linha investigativa de como surge às cidades, o processo humanitário, formação de grupos e criação das comunidades até o ponto de sua fixação em determinado lugar seja por interesses, inicialmente de sobrevivência, como depois por interesse financeiros (econômicos) e políticos, gerando inúmeros poderes, desde a própria família, como a religião, os costumes, as tradições, os mitos, regas e jogos de interesse, o seres humanos e os poderes paralelos ou não estão sempre presentes em nossa sociedade, mesmo as mais puras e igualitárias que sejam. Goiânia é uma cidade projetada voltada para o poder político e econômico presente nos moldes da época. Pedro Ludovico foi este homem voltado para o progresso e a modernidade em nome da evolução e a vanguarda.

Já o segundo capítulo trata da Praça como Memória, trazendo recordações sobre acontecimentos, demonstrando momentos cruciais da história dos goianos, lembranças e memórias, vividas neste espaço cívico e democrático, desde sua criação.

Este capítulo também traz a visita técnica realizada na Praça Cívica, de maneira detalhada, observando e relatando o interior da Praça Cívica, as mudanças já

Estado de Goiás. Foi idealizador da transferência da Capital para um local de melhor acesso. Em 1935 foi eleito Governador do Estado de Goiás, e em 1937 novamente é nomeado como interventor. Nos anos 40 é eleito Senador. Em 1950 é eleito novamente Governador do Estado de Goiás e em 1960 é reeleito Senador. Em 1964 com a Revolução teve caçados seus direitos políticos, quando se afasta da vida pública

² Atílio Correia Lima, nasceu em Roma, em 08 de abril de 1901. Filho do Escultor José Otávio Correia Lima. Foi engenheiro e arquiteto, urbanista e paisagista brasileiro. Formou-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1925. Graduou-se como urbanista em Paris em 1930, pela Sorbonni. Foi o primeiro urbanista brasileiro formado. Seu projeto mais conhecido foi o plano urbanístico de Goiânia (1933 – 1935).

realizadas, as placas, os pisos, os monumentos, os obeliscos, os museus, os prédios e edifícios públicos disposição das árvores, das lanchonetes (quiosques), o Palácio das Esmeraldas as bandeiras, o busto de Pedro Ludovico na entrada do Palácio do Governo, etc. É neste momento que também descrevemos sobre as placas informativas disponibilizadas para visitantes na Praça Cívica, além da exposição de fotografia “Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira através da imagem”, representando a praça de 1930 até 1980, localizada no Centro Cultural Marieta Telles Machado.

Já o terceiro capítulo trata da Praça como História e Patrimônio, onde foi contextualizada a história do homem com ser vivente e inserido em sua comunidade, e da construção de Goiânia, bem como os mentores de toda esta gama de saberes e conhecimentos voltados à história, e seu momentos passo à passo, como revelar neste ínterim o patrimônio cultural material e imaterial e suas representatividades no contexto sócio cultural de Goiás. É aqui que tratamos das mudanças entre os seres humanos e cidades, fazendo um paralelo entre esses dois elementos: os seres humanos como as cidades se transformam sempre, desde o seu nascimento, criando elos, ramificações, crescendo, se desenvolvendo, vivendo e morrendo.

Assim, mesmo que as cidades possam existir por décadas ou por milênios, um momento ou outro ela, assim como o homem se transforma. Todas estas conjunturas e constatações promovem novos motivos de estarmos sempre pesquisando, pois trata-se de um assunto muito amplo, com múltiplas ramificações e olhares, de maneira interdisciplinar, multiculturais e afins. Pois tudo que fazemos e somos parte de um ponto inicial, um meio e um fim. Assim, de períodos ou ciclos, a vida, como a cidade, passa por processos de memória, comunicação, tecnologia, patrimônio e de modernização ou requalificações.

CAPITULO I: SURGIMENTO DA CIDADE E DO PODER

A cidade só surge quando os homens precisam dela por algum motivo, um local que seja mais fácil conseguir recursos para sobrevivência, como a existência de fonte de água potável (água doce e limpa), alimento, facilidade de acesso, matéria prima para construção de suas casas, terras boas para plantio e criação de seus animais, fonte de leite, caça, pesca, etc. Um exemplo destas aglomerações de pessoas foram também os quilombos:

Os negros que conseguiam fugir das lavouras de cana ou das minas, formavam comunidades chamadas de quilombos, onde buscavam viver em liberdade e com alguma segurança pois sempre os capitães do mato estavam a procura daqueles ditos fujões. A comunidade mais famosa delas foi o quilombo dos Palmares, localizada no estado de Alagoas no nordeste brasileiro, destruído pelo Bandeirante Domingos Jorge Velho, em 1695. O grande líder do quilombo dos Palmares foi Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra, morto no dia 20 de novembro do mesmo ano. Já em Goiás também formaram-se quilombos. Onde mais importante foi formado na região da serra de Monte Alegre, E importante salientar que seus descendentes dos escravos negros foragidos ainda vivem nesta região como seus ancestrais são chamados de: os Kalungas.

[...] Neste emaranhado de idéias e ideais, e criação de utopias e edificação de cidades, projetando a vida e a visão de mundo dos homens, podemos ter uma noção do imenso painel em que se situa a construção de capitais em vários centros do mundo. Goiânia foi uma das capitais erguidas em meio a esta atmosfera, tendo surgido em decorrência de um longo processo histórico, integrador de memória e utopia, de um povo e de um lugar [...] (CHAUL,2010 p,223).

[...] E a antiga idéia da mudança da capital, trazida lá dos séculos XVIII e XIX ressurgia por meio da habilidade política do interventor, no momento em que viu ruir seu plano de controlar a política regional através do programa de saneamento e higienização, em razão da falta de apoio financeiro do governo federal. Tal estratégia de poder tomava conta da política goiana praticamente por toda a década de 1930 e estaria na ordem do dia do estado, fosse no desejo silente do interior de Goiás, fosse no caldeirão efervescente da política da cidade de Goiás, ainda capital. Em 4 de julho de 1932, em um congresso político na cidade de Bonfim (atual Silvânia). Pedro Ludovico fez a primeira declaração pública sobre a transferência da capital, levando a população local a envidar esforços para situar naquela cidade a futura capital[...] (CHAUL 2010, pp, 226, 227).

Com relação aos índios, viver bem era ter alimento, a sua oca, a floresta, fazer suas festas e seus ritos religiosos. Cada aldeia possui um chefe, mas com significado

diferente do que tem nossa sociedade. Ele não pode fazer o que bem quiser, deve respeitar e ouvir todos os membros da tribo, cada povo constrói e mora em aldeias, de determinada maneira, respeitando suas tradições e seus costumes.

Em uma determinada aldeia indígena todos trabalham em sistema coletivo. Os homens derrubam as matas para construir suas ocas e preparar as terras para plantar, caçam, pescam e participam de atividades guerreiras. Quando se fala das mulheres, estas são responsáveis em cuidarem das crianças, do plantio e da colheita. Assim independente de idade o trabalho de cada pessoa é muito importante para que todos possam viver bem e em harmonia com o meio e a natureza. Todos trabalham, e tudo que é produzido é dividido entre eles. Eles tiram da natureza tudo de que precisam para viver, como: o peixe, a caça, os frutos, o milho, a mandioca, as raízes para os remédios... Os povos indígenas têm um contato muito próximo e constante com a natureza e dão grande valor a ela. E por isso mesmo procuram protegê-la na maioria das vezes salvo exceções.

Já o homem branco é diferente, pois além de prover suas necessidades básicas, necessitava ainda de prover sua ganância e poder, e assim ia em busca de algo valioso como o ouro. Em Goiás uma dos principais motivos de sua ocupação inicial foi busca e o aparecimento de ouro em suas terras, ou seja, as terras dos índios nativos da região foram ocupadas por brancos, sendo aqueles expulsos ou eliminados por meio de doenças ou friamente assassinados, tudo em razão do etnocentrismo e busca desenfreada pelo ouro.

[...] a descoberta do ouro como ponto de partida para a formação regional. Do nascimento de Goiás como região à sua ruína decorre um tempo rápido, pouco mais de 50 anos. A segunda metade do século XVIII já é sinalizada como momento de crise, cuja expressão maior é sentida no século seguinte. O rápido esgotamento do ouro foi incapaz de sedimentar os elementos identificadores da nova sociedade. A memória da decadência sinalizou uma estratégia identitária, na forma de estigma, que ordenou os discursos sobre a região entre os séculos XIX e XX.[...] (SANDES, 2002, p,23)

O período do ouro em Goiás durou pouco mais de cinquenta anos. Quem veio para estas terras com descoberta de minas de ouro, assim promovendo o aumento considerável da população, então, em 1744, o Rei de Portugal cria Capitania Geral de Goiás com a capital na Vila Boa, desmembrando então o sertão goiano da administração de São Paulo.

[...] descoberto do ouro neste sítio, deu motivo à fundação do Arraial, no ano de 1774; governando Goyaz o Exmo. José de Almeida Vasconcellos do Sobral e Carvalho, undécimo Governador desta Província: presentemente tem-se desprezado a mineração, por falta de escravos, e pó não aparecer o ouro com a primeira abundância. Todo o terreno junto ao Arraial pela parte Norte, Leste, e Oeste, está revolvido pelos mineiros, apresentando largas, e profundas escavações. Atualmente os habitantes ocupam-se na criação de gado, e capados, que exportam para a Cidade de Goyaz e Vila de Paracatu, colhem milho, legumes e pouco algodão; importam sal, ferro, e algumas fazendas e nas vizinhanças do lugar existem alguns pequenos engenhos de açúcar, e poucas fabricas de aguardente [...] (D'ALINCOURT, 1975, p. 87)

Assim quem participou do início do ciclo do ouro em Goiás, levaram muitas vantagens e ficaram ricos, Já os que persistiram em permanecer por aqui, começaram a sentir dificuldades financeiras, em decorrência que a extração ficava cada vez mais difícil e cara. Muitos habitantes das regiões mineradoras com a diminuição do ouro foram embora, abandonando os povoados, onde muitos destes no decorrer dos anos acabaram desaparecendo.

Não restando muito com que ganhar dinheiro com a saída em massa da principal renda que eram os mineradores e exploradores, sobrou para aqueles que aqui permaneceram somente duas alternativas para os que eram a agricultura e a pecuária, desta maneira investindo nestas duas saídas financeiras somente cinquenta anos depois começariam a se firmar como principais fontes de riqueza para o nosso estado.

[...] um povo que mostrou força e profundidade suficientes para se impor até nossos dias, representando em Goiás por meio de várias gerações de imigrantes. Memória dos homens e das representações políticas, memórias das cidades proibidas, memória das famílias goianas, enfim há o cruzamento de uma diversidade de experiências que delinearam a formação de uma identidade para o estado. Pensar a formação de Goiás como região exige um movimento de síntese capaz de compactar a experiência social e política que organizou a região em torno da descoberta de ouro no segundo decênio do século XVIII. [...] (SANDES, 2002, p.16).

Todo este processo de ocupação histórico começou no século XVIII, fazendo com que muitos aventureiros viessem para Goiás em busca de riqueza rápida, fixando moradia e construindo inicialmente Vilas. Goiás na época da mineração atraiu muita gente surgindo a Vila Boa, atualmente denominada cidade de Goiás.

A nova capital do Estado de Goiás foi construída em meio a grandes transformações políticas e culturais no país. A mudança da capital vinha sendo discutida desde meados do século XVIII, quando o governador da Capitania de São Paulo decide que Santana, a cidadela

de Bueno - que havia sido criada em 1727 no sopé da Serra Dourada - deve ser a sede do centro administrativo da região e dá-lhe o nome de Vila Boa. No ano de 1749, é criada a Capitania de Goiás, independente de São Paulo, sendo seu primeiro governador o Conde de Arcos, que sugeriu a mudança da capital para Meia-Ponte, hoje Pirenópolis. Em 1821, Santana é elevada à categoria de cidade e passa a chamar-se Goiás. (PALACÍN, 1976). As discussões para a mudança da capital se desenvolvem intensamente, com os argumentos “mudancistas”, desde a questão da topografia, as comunicações, os acessos e as condições de higiene e salubridade da cidade de Goiás. (arquivo.doc UCG, p. 4)

Durante muito tempo Vila Boa, foi o lugar mais importante da região, pois nela concentrava o maior número de pessoas, ou seja, a maior parte da população, o governador, os órgãos públicos, a maior parte do comércio, permanecendo assim por vários anos como a capital de Goiás. Com o fim do ouro as pessoas migraram para outras regiões mais prósperas, deixando aqui somente os que haviam se fixado realmente na terra, nascendo famílias e subsistência, mesmo vivendo muito mal. Pois quando o ouro findou por completo houve a necessidade de se criar novas rendas, assim surgiu os latifúndios, a agropecuária e os coronéis (chefes) que se consideravam donos de todos, e de tudo, inclusive das leis, da cidade e das pessoas (oligarquias). Esses tipos de coronéis mandaram politicamente até a Revolução de 1930.

Durante o período da República Velha (1889 – 1930), surgiram os coronéis em muitos lugares do Brasil. Eles eram grandes fazendeiros que tinham muito poder nos municípios onde moravam, mandando e desmandando, e aqueles que supostamente se colocassem contrários as vontades dos coronéis, costumavam se colocar em risco, até mesmo de vida.

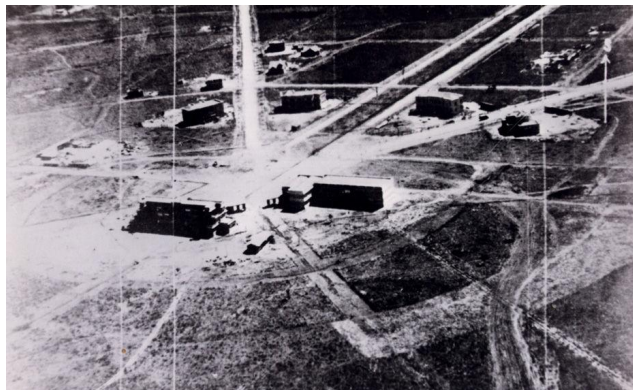
Neste período, no Brasil, haviam verdadeiras disputas políticas e de poderes entre chefes políticos de São Paulo e Minas Gerais, denominados café com leite, em busca do poder, disputavam para mandar no país, e Getúlio Vargas como candidato a Presidente do Brasil.

Tais mudanças políticas também chegaram a Goiás em nome do novo interventor do Estado, Doutor Pedro Ludovico Teixeira, que estava ligado politicamente com os novos chefes e novas ideologias da Marcha para o oeste, que visava a modernização e desenvolvimento das regiões mais longínquas do país. Desta maneira fortalece o ideal de mudança da capital da cidade de Goiás, pois a capital fora caracterizada como um lugar impróprio para permanecer como sendo a capital do Estado de Goiás, em decorrência de inúmeros problemas, tais como: pouca água,

temperatura elevada e insalubre, muitas serras delimitando e muito o seu crescimento futuro, dificuldades de acesso, transporte e comunicação.

Assim esses novos chefes, em busca do poder e de novas perspectivas políticas e mudancistas, queriam uma nova capital. Os que queriam a mudança da capital fizeram grande propaganda desta idéia, sendo que em 1932, começaram os trabalhos para que a nova capital se tornasse realidade, criando um grupo de especialistas com a responsabilidade de encontrar um local adequado para a instalação deste novo lugar. E na época a vila escolhida foi a de Campinas que já existia há 120 anos.

Em 14 de outubro de 1934 ocorreram as eleições. Concluídas as apurações, “três dos quatro deputados federais e 18 dos 24 estaduais pertenciam ao PSR”. O resultado não deixou dúvidas quanto à vontade popular de concretizar a mudança da capital. A eleição para governador do Estado foi realizada de maneira indireta, em conformidade com a Constituição de 1934. Os deputados estaduais elegeram, com 16 votos, Pedro Ludovico governador do estado de Goiás. Rapidamente, o governador eleito reuniu sua base de apoio e reafirmou a promessa de campanha: “se eleito fosse, levaria avante o problema da mudança da capital.”³¹ No dia 14 de novembro de 1935, o professor Venerando de Freitas foi nomeado, por Ludovico, o primeiro prefeito de Goiânia. (SILVA & MELLO, 2013,p.72)



Primeiras edificações de Goiânia em 1936 (Imagem fonte: MIS/GO)

Com a construção de Goiânia, nas proximidades de Campinas, houveram inúmeras mudanças para a vida das pessoas que vivia ali. Atualmente Campinas tornou-se bairro de Goiânia em decorrência de seu crescimento gradativo unificando as duas cidades.



Rua 30, década de 1940. (Imagem MIS/GO)

A identidade de uma cidade e a visibilidade de suas características são justamente o que torna uma cidade, muitas vezes sem que percebemos de forma de forma consciente mais atrativa, mais presente no imaginário das pessoas. A cidade quando preservada corresponde subjetivamente e objetivamente como um processo perceptivo e cognitivo do testemunho de diversos momentos históricos importantes ocorridos na cidade em decorrer a sua própria história.

No dia 24 de outubro de 1933, iniciou-se a construção da cidade com a implantação da pedra fundamental da nova cidade de Goiânia, onde os primeiros prédios a serem construídos foram o Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), o Grande Hotel e a Prefeitura. Atílio definiu na época como o espaço da praça como elemento urbanístico central da cidade, no qual está localizada a estaca zero do município de Goiânia, marco referencial, a partir do qual foram projetados os cinco setores originais da nova cidade: Central, Norte, Sul, Oeste, Leste.

O início da obra da praça, em 1933, coincide com a instalação da esta zero do município de Goiânia – “...701.680 metros acima do nível do mar...” – a partir do qual deveria ser construído o “plano geral da cidade”, segundo relatório de Atílio Corrêa Lima.[...] Todo o conjunto arquitetônico do centro administrativo foi ambientado por meio de praças de convivência equipadas com fontes luminosas e outros componentes urbanos. Todos esses elementos apresentam características art déco, tais como pisos escalonados em degraus, obeliscos, adornos e um coreto. Completando esse conjunto, foi instalado no eixo do canteiro central da Avenida Goiás uma torre com relógio. (ICBC, 2010, p. 77).



Acervo do MIS/GO

A construção de Goiânia enfrentou inúmeros problemas, além do principal, que era o financeiro, se deparou também com a falta de matéria prima para construção e outros problemas. E em 1937 no dia 23 de março, o Governador Pedro Ludovico assinou um decreto transferindo a capital do Estado de Goiás para Goiânia.

O desenho de Atílio C. Lima continha uma certa “modernidade” no zoneamento, uma grande preocupação com os espaços públicos, sua monumentalidade, mas é também a visão de um urbanismo pinturesco. Certamente como consequência de sua formação, marcada por seus trabalhos iniciais de paisagista, na praça cívica, não são monumentais os edifícios públicos, mas a organização dos jardins.(Fig.5). O contrato do urbanista Atílio C. Lima era bastante amplo com um programa intenso de etapas a cumprir que não se restringiam ao desenho da cidade, mas também aos projetos dos edifícios administrativos, abastecimento d’água, redes de esgoto e águas pluviais, coleta de lixo, legislação de uso do solo, entre outras. (arquivo.doc UCG, p. 20)



Figura 5: Goiânia, perspectiva da Praça Cívica.

A cidade de Goiânia nasceu planejada para 50 mil pessoas, assim para crescer e se desenvolver necessitou de múltiplas ações das pessoas nesta transformação como cidade, provenientes de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão etc.



Festa do Aniversario de Goiânia em 1942 na Praça Cívica - Autor desconhecido – Acervo MIS/GO
Vista para Av. Goiás e A. Araguaia

Goiânia na fase inicial de construção contou com inúmeros meios de propaganda, visando promover a convocação de pessoas dispostas a trabalhar e morar nesta nova Capital, de maneira convidativa para todo o Brasil. O presidente Getúlio Vargas acreditava que Goiás era um exemplo que deu certo e servia como modelo para os demais estados e regiões do sertão, podendo se tornar mais modernos e produtivos gerando riquezas.

A formação de um novo sentido regional ganhou impulso com a Revolução de 1930. Nessa década, operou-se um rearranjo nas forças políticas em direção a uma política centralizadora que inverteu o domínio localista e a força das oligarquias rurais em nível nacional. Em Goiás, a Revolução de 1930 sinalizou a crise do domínio da família Caiado e a ascensão de um povo grupo político, liderado por Pedro Ludovico Teixeira. A novidade apresentada por Ludovico tem nome: Goiânia. A construção de uma capital criou as condições para a inclusão de Goiás no projeto estadonovista. A obra da transferência da capital completou-se entre os anos de 1937 e 42. Nesse período, um episódio merece destaque: pela primeira vez um Presidente da República pôs os pés em solo goiano. A visita de Vargas a Goiânia foi um marco da chamada Marcha para o Oeste. A cidade foi batizada na presença de intelectuais e artistas que participaram dos eventos e festejos que marcaram a data. A cidade foi batizada na presença de intelectuais e artistas que participaram dos eventos e festejos que marcaram a data. (SANDES, 2002, p. 24)

O objetivo claro era descrever e informar que o Estado de Goiás e principalmente Goiânia eram lugares provedores de empregos e grandes oportunidades

de ganhar dinheiro e fixar residência. Onde Goiânia era o começo de uma vida nova e prospera.



Fonte: Google - Cartaz Publicitário elogiando as oportunidades financeiras da nova capital

Acesso: dia 05/03/2016 às 14h:35min.

A escolha do local da construção da nova cidade de Goiânia, foi mais ao sul da antiga capital, mais próximo portanto, das cidades mais ricas e prosperas do país, e na parte do Estado em que a agropecuária estava mais desenvolvida, com terras relativamente planas, com abundância de água, clima favorável e regular e solos férteis. Todas estas conjunturas, ações, implicações e jogos de poderes, fizeram com que Goiânia se tornasse o que é hoje, uma cidade símbolo e moderna, e uma metrópole.



Inauguração da cidade de Goiânia (inaugurada em 5 de julho de 1942, a Praça Cívica ambienta a área do centro cívico ou centro administrativo) fonte da imagem: MIS/GO.

Com o crescimento da cidade de Goiânia, conseqüentemente as cidades vizinhas também sofreram mudanças, antes calmas e pacatas, passaram a experimentar um movimento nunca visto, pois as pessoas que vieram para a construção da nova cidade, lá permaneciam para dormir, divertir-se, deslocando-se diariamente para o

trabalho. Campinas por ser a mais próxima, foi a que teve seu desenvolvimento mais rápido e a olhos vistos.

Inaugurada em 5 de julho de 1942, Praça Cívica ambienta a área do centro cívico ou centro administrativo, delimitado ao sul pela Rua 82. Seu entorno é zoneado para as atividades administrativas da União, do Estado e do Município. Prevvia-se a realização de atividades, cívicas na praça. No lado norte foram instalados os edifícios dos Correios e Telégrafos, Tribunal Eleitoral, Delegacia Fiscal e Delegacia do Trabalho. No lado sul os edifícios estaduais do Palácio do Governo, Fórum e Tribunal de Justiça e Secretaria-Geral. Seguiam-se respectivamente, de cada lado os edifícios da Chefatura de Polícia e Cadeia Pública e da Estatística do Estado. (ICBC, 2010, p. 77)

Com a inauguração das cidades de Goiânia e de Brasília no Distrito Federal, ambas em terras do planalto central, o Estado de Goiás teve uma evolução significativa, o que foi um grande impulso em seu desenvolvimento.

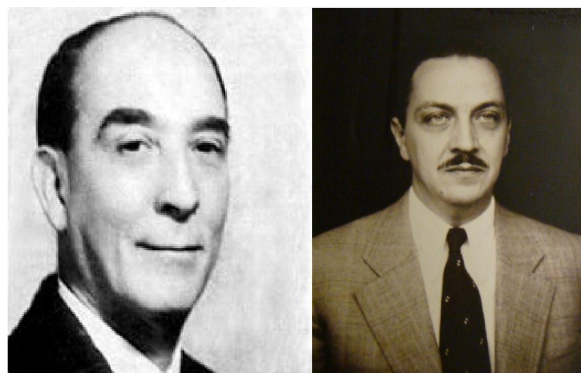


Imagens comparativas da Praça Cívica em suas origens e no ano de 2011.

Em decorrência da Capital Federal se encontrar localizada longe dos centros urbanos, ou seja, das grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, era preciso construir estradas boas para propiciar um deslocamento mais rápido e seguro. Assim, com a construção das rodovias, o Estado de Goiás automaticamente, foi beneficiado direta ou indiretamente, com os benefícios visando produzir mais, porque agora havia como vender e escoar a produção, gerando maiores divisas financeiras para Goiás.

A construção da nova Capital, Goiânia, que na memória coletiva (HALBWACHS, 1990) firmou-se como “obra de um só homem”, no caso Pedro

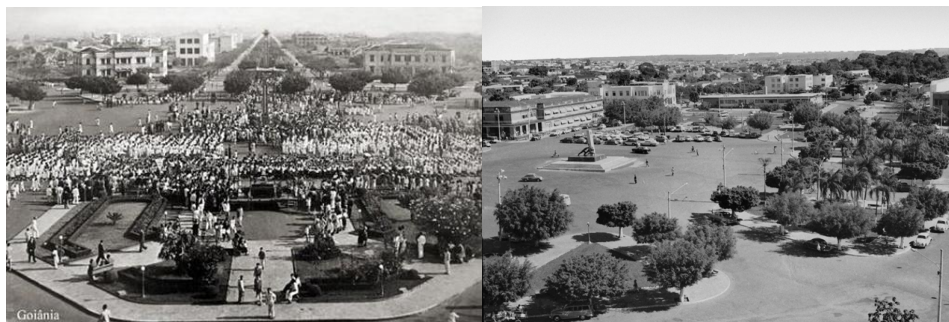
Ludovico Teixeira³, teve início em 1932, e em 1937 foi inaugurada. O projeto contemplava uma cidade com bases futuristas para época, ampla, com enormes avenidas, planejada inicialmente para cinquenta mil habitantes em estilo Art Déco (o signo e o poder).



Governador Pedro Ludovico Teixeira e o arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima

Fonte: Wikipedia 05/03/2016

A construção de Attilio Corrêa Lima vem ao encontro dos anseios governamentais da época, como a “marcha para o oeste”⁴ conceito arquitetônico estilístico de representação da modernização que orientaria a mudança da capital Goiânia.



Acervo do MIS/GO - Praça Cívica no início de Goiânia e em 1967

As mudanças de paradigmas recorrentes das modificações ocorridas no final do Século XIX e início do Século XX trouxeram grande efervescência política e verdadeiras transformações de caráter estruturais, políticos, econômicos na sociedade

³ Mais sobre esse assunto ver a tese de doutoramento de SOUZA, 2015.

⁴ A Marcha para o oeste foi um projeto do Governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo, lançado em 1938, que visava a ocupação e desenvolvimento do interior do Centro do Brasil, com a construção de estradas, pontes aeroportos, postos de saúde, lavouras e outros.

global como um todo, tendo como fator primordial a rápida industrialização, que foi responsável em gerar um aumento nos centros urbanos.

As preocupações com a modernização, o futuro, o acúmulo de capital, as novas regras e regimes mundiais, agregada ao surgimento de novas técnicas de produção e novas tecnologias trouxeram profundas mudanças no cenário social, e conseqüentemente nas relações sociais e do homem com o seu meio e seu habitat.

Freqüentes atritos com os engenheiros construtores levam Atílio C. Lima a deixar o cargo de diretor das obras, afastando-se dos projetos, com a rescisão do contrato em 26 de abril de 1935. O motivo ou motivos do afastamento de Atílio não está devidamente documentado, podendo ter sido motivado por atraso no cumprimento dos contratos de projetos; descontentamento geral do governo com as diretrizes estabelecidas por Atílio nas obras; falta de pagamento ao arquiteto; insatisfação de Atílio com as alterações efetuadas em seus projetos pela firma Coimbra Bueno, de caráter especulativo. (arquivo.doc UCG, p. 21)

Atílio Corrêa Lima tendo divergências de idéias com os demais arquitetos e engenheiros do período, sentiu-se constrangido ao ponto de deixar o cargo de diretor de obras, pois o momento financeiro não era muito propício para tal dimensão e idealismo da obra, pois em 1929 já havia ocorrido a quebra da bolsa de New York, e logo após, no início da década de 30, começou no mundo as divergências ideológicas e políticas do Nazismo, Fascismo e Comunistas, gerando uma guerra de proporções inimagináveis de destruição dos bens culturais materiais e imateriais, além de milhares de vítimas e mortos em todo o mundo, em decorrência da 2ª Guerra Mundial, durando de 1939 à 1945.

O Brasil participou modestamente, ficando neutro, até que teve que tomar partido, quando apoiou os aliados (Estados Unidos, Reino Unido e Rússia) contra o eixo (Alemanha, Itália e Império Nipônico Japonês).

A crise mundial que começou no EUA em 1929 atingiu o Brasil em cheio. De cada 100 libras que o Brasil ganhava exportando, 70 vinham do café para o estrangeiro. Em outras palavras, o café representava 70% das exportações do Brasil. Mas com a crise de 29, o preço internacional do café despencou [...] (SCHMIDT, p.112)

De 1939 a 1945 aconteceu a mais violenta guerra que já houve até hoje no mundo. Nenhuma matou tantas pessoas nem destruiu tantas coisas. Além dos que tombaram nas batalhas, milhões de judeus, ciganos, russos, homossexuais e comunistas foram mortos nos campos de concentração nazistas. Por que tanta violência? Por que um povo se sente no direito de eliminar fisicamente o outro povo? Por que os povos aceitam matar e morrer nas guerras? (SCHMIDT, p.157)

Em Goiás como demais regiões do mundo, também sofreram reflexos destes acontecimentos. Desta maneira, Atílio sobre alta pressão, não teve como suportar as políticas, de cronograma, de interesses particulares e coletivos, e assim em 26 de abril de 1935 deixa o seu cargo.

O projeto urbanístico original é de autoria do arquiteto urbanista Atílio Corrêa Lima. Com a rescisão do contrato com sua firma, o projeto foi alterado a partir de 1935 pela Superintendência de Obras, com o apoio da firma Coimbra Bueno & Cia. E consultoria do engenheiro urbanista Armando Augusto de Godoy. (ICBC, 2010,p. 77)

Mesmo assim o processo de construção e desenvolvimento dos projetos de Atílio Corrêa Lima foram seguidos, sem prejuízo para a organização e os ideais, posteriormente pré-estabelecidos em projetos arquitetônicos de engenharia, urbanísticos e paisagísticos.

Pois, Pedro Ludovico ao idealizar Goiânia pensou numa arquitetura moderna, pois para ele Goiás era o espelho da sua capital, e uma cidade “atrasada” como a Cidade de Goiás, refletia negativamente no desenvolvimento e no progresso do restante do Estado:

Uma doença tão grave que contaminava todo o restante do Estado. Para curar o Estado precisava-se atacar a raiz da doença ou do problema, condenando, deste modo, a antiga Capital. Pressupomos, outrossim, que ao fazer tal diagnóstico, tão profundamente embasado histórica e cientificamente, Pedro Ludovico também sonhava e idealizava a sua nova capital, fazendo dela o oposto da velha Goiás. (SOUZA, 2015, p. 85)

Assim, foi num estilo moderno que se deu a construção da Praça Cívica, a qual traz uma história, que revela memórias e um patrimônio cultural, material e imaterial, que traz a identidade do povo goiano.

Com base nesta memória foi proposta a revitalização e restauração da Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, no ano de 2015, visando valorizar tanto o patrimônio móvel quanto o imóvel vinculados na própria arquitetura como também nas manifestações culturais de nossa gente. Pois trata-se de um espaço público, democrático.

[...] Percebi que, apesar de eu julgar importante que a história de determinada sociedade fosse preservada, não bastaria uma vontade isolada para que ações nesse sentido surtissem o efeito desejado. Para preservar qualquer coisa sejam bens materiais ou imateriais, e necessário que esse seja significativo para a população que se relaciona com os mesmos.[,,,] (JUNQUEIRA, 2011, p.17)

Esta ação de revitalização da Praça Cívica, atual Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, parte da premissa de trazer novamente ao público em geral o convívio e a utilização da mesma, como em seus primórdios. Tal ação é parte da revitalização e restauração da arquitetura original da Capital, com base nas características históricas de sua própria fundação. Todo custeio das respectivas adequações e reformas se deu através dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Cidades Históricas), do Governo Federal. O Projeto de reforma foi fornecido pelo governo do Estado de Goiás, tendo sido a empresa *Marsou Engenharia*, a vencedora da licitação e responsável técnica pela obra.

Assim, é com base nesse resgate da história e da memória e do patrimônio que se pretende realizar a presente pesquisa, a fim de demonstrar todo o processo histórico que envolveu a construção da Praça Cívica e sua importância para a nova Capital e o povo Goiano.

Não se pode deixar de ressaltar que a Praça Cívica, objeto de nosso estudo, é um patrimônio material e imaterial, construída originalmente com tendências estilísticas francesa Art Déco:

Entendemos o patrimônio, então, como uma forma de abordagem da memória, mas temos consciência também que o discurso patrimonial reproduz a narrativa da história oficial, privilegiando alguns elementos do tempo em detrimento de outros. No caso do processo ocorrido em Goiânia, o acervo arquitetônico urbanístico Art Déco privilegia a época da construção dos primeiros tempos da cidade. Se focarmos a atenção somente no acervo arquitetônico urbanístico Art Déco não estaremos levando em conta as outras temporalidades, como várias construções da década de 60 e 70, por exemplo, que também são relevantes arquitetonicamente, mas não entraram no processo de tombamento justamente por suas características (CARMO, 2014, p. 5).

Neste estudo, inicialmente será abordada a Praça Cívica como memória. Posteriormente, foi levantada a história da praça, e para finalizar, essa pesquisa tem como foco a Praça enquanto Patrimônio material e imaterial. Assim, foi realizado um estudo sobre a Praça Cívica, fazendo ressaltar a sua memória, a sua história, e a mesma enquanto patrimônio.

[...]principalmente nesse momento de reconstrução da cidade que estamos vivendo, que do dia para a noite prédios históricos em Goiânia são destruídos para darem lugar a comércios e

estacionamentos. O tombamento serviu para conservar essa nuance do passado do município, mas devemos prestar atenção nos objetos patrimoniais e nos valores que eles possuem do ponto de vista da população. O alerta que fica é sobre a questão dos guardiões da nossa memória e de uma memória que por muitas vezes não é registrada; [...] (CARMO, 2014, p. 10)

É importante destacar ainda a cidade de Goiânia foi uma cidade planejada segundo critérios urbanísticos modernos, incluindo-se aí a Praça Cívica que foi também planejada, e com uma arquitetura Art Déco:

A maioria das obras sobre Goiânia, mudancistas, ou acadêmicas, consideraram-na, desde a sua fundação, uma cidade moderna. Para isso, levaram em conta os seguintes fatores: o fato de a cidade ser planejada segundo critérios do país, de uma construção possibilitar relações sociais novas (capital e trabalho) e de ter uma arquitetura (Art Déco) moderna. (OLIVEIRA, 1999, p. 29)

CAPÍTULO II – A PRAÇA COMO MEMÓRIA

No dia 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental, já em 07 de novembro de 1937 foi iniciada a mudança provisória da nova Capital denominada Goiânia, nome sugerido pelo Professor Alfredo de Castro e escolhido em um concurso promovido pelo semanário “O Social”. O Batismo Cultural de Goiânia foi realizado no dia 05 de julho de 1942, contendo a presença de ilustres nomes da política brasileira, como do Presidente Getúlio Vargas e do Governador de Goiás Pedro Ludovico Teixeira.

A Praça Cívica, cujo nome oficial é Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, possui a função administrativa. A localização da praça, concebida pelo modelo francês também chamado de racionalista, a tornava visível de muitos pontos da cidade, uma vez que as principais avenidas convergiam para a mesma a partir de um plano radial-concêntrico. A Praça Cívica permanece com suas dimensões originais. Segundo Damascena (2000) a cidade de Goiânia nasce da Praça Cívica, daí sua importância como memória da cidade e lócus de objetos e monumentos importantes. A vivência dessa praça, conforme este autor dá-se em função do crescimento e expansão de Goiânia, restringindo-se seu uso para o lazer. Nem por isso deixa de ter o seu valor histórico e cultural. (PET Geografia UFG, p. 140)

No ano de 1947 foi aprovado o Código de edificações de Goiânia que abrangia toda legislação urbana. Já no ano de 1950 a população já havia saltado para 53.389 pessoas, das quais mais de 40 mil era exclusiva da área urbana.

O Plano Diretor organizava a cidade em cinco setores. O Setor Central mantinha as atividades administrativas ao redor da Praça Cívica e o comércio no percurso da Avenida Goiás, nas ruas paralelas e, principalmente, na Avenida Anhanguera, que resultou da incorporação da antiga estrada que ligava Leopoldo de Bulhões ao núcleo urbano de Campinas, situado a aproximadamente cinco quilômetros da Avenida Goiás. Portanto, nos primeiros estudos e anteprojetos dos planos urbanístico e arquitetônico foram projetados neste setor dois centros distintos: o administrativo e o comercial. O Setor Norte, situado abaixo da Avenida Paranaíba e próximo à construção da estrada de ferro, possuía um traçado mais regular. As ruas deste setor se cortavam quase sempre em ângulo reto de modo a beneficiar as atividades industriais. O setor Sul, destinado à localização da zona residencial e da Catedral, deveria apresentar amplos espaços ajardinados. Posteriormente, o traçado proposto por Atílio para este setor foi modificado por Armando Augusto Godoy. Os setores Leste e Oeste [...] (MANSO, p.111)

Sendo assim considerada como a primeira construção de Goiânia, em 1933, na praça encontra-se os principais prédios da administração do Governo de Goiás, como o Palácio das Esmeraldas e o prédio do antigo Centro Administrativo nome que mudou em decorrência de um incêndio ocorrido no ano de 2000. Hoje em dia, tal prédio é denominado Palácio Pedro Ludovico, tendo neste período toda sua infra-instrutora reconstruída e revitalizada e conseqüentemente modernizada com o que há de mais avançado na construção civil, além de contar com um heliporto exclusivo para pouso e decolagem do chefe do executivo. Para Junqueira “as cidades são dinâmicas, portanto seu espaço encontra-se em constante mutação de forma a se adequar às novas realidades urbanas e às novas propostas de ordenamento do seu espaço” (2011, p.7).

Porém, é de se ressaltar que o surgimento da Praça Cívica na nova Capital do Estado de Goiás foi o marco inicial da construção de Goiânia. É lá, também, que se guarda a maior parte do patrimônio material que evoca a memória do seu construtor:

À primeira vista, o nome Pedro Ludovico evoca um passado não muito distante na história de Goiás, uma vez que ele é constantemente lembrado em jornais, revistas, e livros. É, pois, o grande idealizador e construtor de Goiânia, a jovem Capital do Estado, projetada para cinquenta mil habitantes e que hoje já extrapolou a barreira de um milhão. Na cidade há vários signos por onde o seu nome é visto e sua imagem evocada. Do coração da cidade planejada, a Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, mais conhecida como Praça Cívica, tal qual grandes artérias, saem largas avenidas, hoje já tão minúsculas diante da metrópole que cresce célere. Em um breve passeio se descortina o, já nem tão imponente, Palácio das Esmeraldas, com o busto de Pedro Ludovico centralizado, os prédios públicos, o jardim, a estátua em homenagem aos trabalhadores que ajudaram a construir Goiânia, conhecido como “Monumento das Três Raças”. Logo em frente as Avenidas Tocantins, Goiás e Araguaia se apresentam sinuosas. O coreto também pode ser visto, no início da avenida que no projeto original levou o nome de Pedro Ludovico e depois foi rebatizada para homenagear a antiga Capital (SOUZA, 2015, p. 17).

Nesta mesma praça existem outros prédios importantes, como o Museu Zoroastro Artiaga que surgiu em 1946, com acervo formado por documentos históricos, utilitários antigos, além de objetos relacionados aos índios do Brasil Central, peças e obras artísticas. Tal nomenclatura se refere a uma homenagem ao seu primeiro diretor, professor Zoroastro Artiaga, que permaneceu no cargo até 1957 retornando posteriormente de 1964 a 1971, sendo responsável técnico pela curadoria e caracterização da instituição, considerado assim um museu com características ecléticas.

Há também o monumento das Três Raças, criado pela artista plástica Neusa Moraes, obra de rara beleza, que fica localizada no eixo central da Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, em frente ao Palácio das Esmeraldas, difundido como símbolo da Capital de Goiás, muito exibido como cenário, em fotografias e postes e postais turísticos, sites e multimídias variadas.

Um fato importante que ocorreu na Praça Cívica, e que merece ser lembrado e destacado, é o lançamento da pedra fundamental do Instituto Histórico Geográfico de Goiânia – IHGG, senão vejamos:

Após a sessão solene de instalação do IHGG, os membros da instituição só se reuniram na nova Capital, Goiânia, no dia 25 de junho de 1938. No mês seguinte a pedra fundamental da sede própria da instituição foi lançada por Colemar Natal e Silva, nos lotes 43 e 45, da Rua 82, que se localiza em frente à Praça Cívica, doados pelo Interventor Pedro Ludovico.



Fonte: Imagens do IHGG /Google. Acesso dia 05/03/2016

Por outro lado, um outro episódio, desta feita, marcante e triste, ocorreu nas proximidades da Praça Cívica. Em 08 de agosto de 1953, o assassinato do jornalista Haroldo Gurgel, próximo a Praça do Bandeirante, onde ficava a sede do Jornal, o qual fazia duras críticas ao Governo de Pedro Ludovico:

Porém, um dos crimes de maiores repercussão da cidade foi a morte do jornalista Haroldo Gurgel, em 1953. Este, juntamente com os jornalistas Antônio Carneiro Vaz e Américo Fernando editavam o jornal oposicionista O Momento, que fazia duras críticas ao Governo de Pedro Ludovico. Como aquela época, Goiânia enfrentava sérios problemas de abastecimento de energia elétrica (a usina do Jaó era insuficiente para atender a demanda), a Companhia de Força e Luz do Estado de Goiás promovia o racionamento de energia de quatro em quatro horas os setores da cidade revezavam-se no recebimento do tão precioso produto (OLIVEIRA, 1999, p. 53).

O fato que culminou com a morte de Haroldo Gurgel foi que o Presidente da Companhia de Força e Luz, Pedro Arantes, estava fazendo tratamento dentário, no centro da cidade, em horário de racionamento naquele setor. Porém, nesse dia determinou que a energia elétrica fosse ligada para que pudesse fazer o seu tratamento. Assim, o jornalista sabendo desse fato publicou no jornal *O Momento*, a seguinte manchete: “O homem chegou e deu a luz”. Essa manchete foi o tiro que lhe custou a vida.

Presidente da Companhia de Força e Luz, Pedro Arantes estava fazendo tratamento dentário em um consultório odontológico situado no centro da cidade e, como era o horário de racionamento naquele setor, ele determinou que a energia elétrica fosse ligada, para possibilitar o tratamento. O jornalista Haroldo Gurgel soube desse episódio e estampou no outro dia em seu Jornal a manchete: *O homem chegou e deu a luz*. (OLIVEIRA, 1999, p. 53)

A tragédia provocou grande comoção na população de Goiânia, além de grande repercussão nacional e internacional, que quase culminou com a renúncia de Pedro Ludovico. “Repercutiu no Congresso Nacional de Jornalistas realizado no Paraná e foi assunto da revista norte-americana *Times*” (OLIVEIRA, 1999, p. 53). Logo após o assassinato houve uma grande manifestação nos arredores do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, que precisou ser cercado pela polícia.

Outro momento importante presenciado na Praça Cívica, foi o movimento das vans (conhecidos como movimento dos perueiros) liderada por Elias Vaz, que buscava em 1997, quebrar com o monopólio existente nos transportes coletivos metropolitanos, criando assim outro seguimento de transporte alternativo.



Sem créditos imagem de 2003 Praça Cívica

Em Goiânia somente quatro grandes empresas tomavam conta de todo transporte de toda a Região Metropolitana, quais sejam, a HP, Reunidas, Guarany e

Rápido Araguaia, sempre dominantes neste mercado, com aproximadamente 16 milhões de passageiros, sem que houvesse participação de processos licitatórios, e fornecendo um transporte precário, onde o lucro tinha (e tem) mais importância que a satisfação do passageiro. Em abril de 1997 surge então o primeiro embrião do transporte alternativo na cidade de Goiânia:

O transporte é precário, a população sofre e reclama, mas as empresas que monopolizam o transporte coletivo da cidade e região nada ou pouco fazem para que a situação melhore. Nesse mesmo ano de 1997, um grupo de proprietários de “vans” e “kombis” dá início a uma verdadeira batalha buscando legalizar um projeto que visava além de uma oportunidade de trabalho e meio de sobrevivência, melhores condições de deslocamento na cidade e também a divisão de um mercado que sempre pertenceu a um grupo de grandes empresários. E, organizando-se esse grupo funda o Sindicato do Transporte Alternativo do Aglomerado Urbano de Goiânia - SINTRAGO que segue em direção à legalização dessa nova frente de trabalho e de transporte. (LEMOS, 2014, p. 23-24)

A luta baseava-se na vontade de dirimir tamanha desigualdade e espaço de trabalho como acesso a mais um meio de sobrevivência. Buscava legalizar um projeto que visava não apenas a oportunidade de trabalho, mas a divisão da renda de um setor majoritário e fechado, que sempre privilegiou somente as grandes empresas. Além do que a população aprovava essa iniciativa.

A população imediatamente aprova essa novidade, pois além de não ser mais literalmente “espremida” nos ônibus (nas vans e kombis só são permitidos passageiros sentados), as linhas aumentam bem como o número de veículos e o conforto. O sistema surge, conforme o nome, como uma alternativa ao sistema existente. (LEMOS, 2014, p. 24)

Assim o Sindicato do Transporte Alternativo do Aglomerado Urbano de Goiânia (SINTRAGO), propõem esta nova frente de trabalho na grande Goiânia, passaram por greves de fome, lutaram com a polícia, tiveram alguns avanços, mas no final, os grandes grupos de empresas foram mais forte.

Por alguns dias no ano de 1999, a Praça Cívica foi palco de grandes reivindicações e manifestações voltadas para que a implantação do sistema de transporte alternativo na capital fosse aprovado. Pois o Governador eleito com a bandeira do alternativo, Marconi Perillo (PSDB), iniciou seu mandato prometendo estudar a viabilidade do projeto de legalização desse transporte.

Contudo, os “perueiros” não desistem, e no início de maio de 1999 acampam na porta do Palácio das Esmeraldas, sede do Governo Estadual e iniciam uma greve de fome que durou 13 (treze) dias, para pressionar principalmente o governador Marconi Perillo (em seu primeiro mandato), que havia prometido estudar a viabilidade do projeto de legalização.(LEMOS, 2014, p. 25).

No ano de 2000 com a interferência governamental aproximadamente 300 vans já estavam rodando na Grande Goiânia, em linhas definidas pela própria categoria, onde o prefeito, Nion Albernaz (PSDB), propôs a obrigatoriedade de todos os trabalhadores adquirirem de imediato micro-ônibus, sendo totalmente inviabilizado tal projeto daí por diante, pois o SETRANSP entrou com pedido na Justiça de apreensão dos veículos utilizados no transporte alternativo, prorrogando, entre vitórias e muitas derrotas, o transporte alternativo até 2003, quando finalmente o governo, juntamente com o SETRANSP, bateram o martelo e criaram todos os tipos de argumentos e manobras, vetando assim qualquer oportunidade de legalização e trabalho no transporte alternativo.

Então, com a implementação do Programa de Reestruturação do Sistema Integrado de Trânsito da RMG começa uma nova fase para o transporte coletivo em Goiânia. A partir de maio de 2002, 150 (cento e cinquenta) microônibus são retirados do chamado centro expandido da cidade (região central e vizinhos, que exclui os setores: Universitário, Bueno, Campinas entre outros) e passam a atuar nos sistemas de alimentação nos terminais.

[...]

É criada a Cooperativa de Transporte de Goiás - COOTEGO, que assume a operação de 112 (cento e doze) linhas alimentadoras. “É o começo do fim” do sistema alternativo de transporte coletivo da RMG. (LEMOS, 2014, p.27-28)

Por outro lado, é de se destacar que foi na Praça Cívica, também, que se iniciou o movimento pela Diretas em 1984⁵, que segundo CARVALHO foi “*a maior mobilização popular da história do país*”. O objetivo da campanha das diretas era

⁵ A campanha das diretas desencadeada no início da década de 1980 foi a consequência de um processo que se iniciou a partir de 1974. Nesta trajetória vale ressaltar as grandes greves dos operários urbanos em 1978 e 1979. No primeiro ano conseguiram mobilizar 300 mil operários, no ano seguinte foram mais de 3 milhões, que abrangeram as mais diversas categorias de profissionais, incluindo os trabalhadores rurais. Os movimentos populares, desligados dos sindicatos também se proliferaram, sejam de ordem civil ou religiosa, mas cuja finalidade era a política. Neste contexto um dos mais representativos foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras (CARVALHO, 2006:180-186).

forçar o Congresso Nacional a aprovar uma emenda constitucional que permitisse a eleição direta para presidente, uma vez que as eleições iriam ocorrer no ano seguinte.

Para tanto essa emenda precisava ser aprovada por dois terços dos votos, o que por sua vez, teria que ter o apoio de partidos da base do governo. Esse movimento se estendeu por várias capitais, sendo iniciado em Goiânia, num pequeno comício onde se reuniram 5 mil pessoas na Praça Cívica; a esse se seguiram os grandes comícios que aglutinaram 500 mil pessoas no Rio de Janeiro, e mais de 1 milhão em São Paulo. Alguns militares inconformados com a irreversível abertura política ainda tentaram, sem êxito, impedir essas manifestações (2006, p. 188).



Comício pelas Diretas Já em Goiânia, julho de 1983: mais de meio milhão de goianos disseram sim à manifestação

Os comícios transformaram-se em grandes festas cívicas. Compareciam os líderes dos partidos de oposição, os presidentes de associações influentes como a ABI e a OAB, e, sobretudo, os mais populares jogadores de futebol, cantores e artistas de televisão. Músicas populares de protesto eram cantadas com acompanhamento da multidão, tudo sempre em perfeita ordem. As cores nacionais, o verde e o amarelo, tingiam roupas, faixas, bandeiras. A bandeira nacional foi recuperada como símbolo cívico. A última vez em que fora usada publicamente tinha sido nas manifestações de nacionalismo conservador e xenófobo do governo Médici. Mas que tudo, o hino nacional foi revalorizado e reconquistado pelo povo. Ao final de cada comício, era cantado pela multidão num espetáculo que a poucos deixava de impressionar e comover. Uma versão personalizada do hino, executada por Fafá de Belém, tornou-se o grande símbolo da campanha (CARVALHO, 2006:189).

Entretanto, a campanha não conseguiu os votos para aprovar a emenda, faltaram 22 para a maioria. A oposição lançou, assim, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para disputar com um candidato do governo o cargo de Presidente da República, numa eleição indireta. Porém, todo o movimento das diretas nas ruas não resultou inútil; todos os esforços foram redirecionados para a campanha em favor de Tancredo. Pesquisas de opinião pública o apontavam como sendo o preferido por 69% da população. Toda essa pressão *“sobre os deputados governistas desta vez foi*

irresistível”. Tancredo venceu a eleição com 480 votos do colégio eleitoral, contra 180 do oponente. Esta vitória colocou fim ao ciclo dos governos militares (CARVALHO, 2006, p. 189-190).

Segundo SILVA, o último general-presidente não passou a faixa ao seu sucessor, retirando-se, pela porta dos fundos, do Palácio do Planalto. Ademais, o sucessor não foi o vitorioso Tancredo, que morreu momentos antes de tomar posse, coube então a seu vice, José Sarney, conduzir a democratização do país, justo ele, ironicamente, ex-presidente da ARENA e do PDS, aliado da ditadura (1996, p. 340).

Este período, conhecido como *Nova República*, se iniciou “em clima de otimismo, embalada pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas. O otimismo prosseguiu na eleição de 1986 para formar a Assembleia Nacional Constituinte, a quarta da República” (CARVALHO, 2006, p. 200).

E nesse contexto, fica evidente que a Praça Cívica trata-se de um espaço apropriado para lutas sociais e políticas, onde o poder é o alvo, por encontrar-se no Centro da Capital e nas proximidades do Palácio das Esmeraldas e dos Principais órgãos governamentais.

2.1 - Visita técnica:

Foi realizada visita técnica, no mês de janeiro de 2016, “in loco” para verificar as modificações e respectivas adequações, onde pode-se perceber o quanto a Praça Cívica é importante, como memória histórica, para a população de Goiás, e em especial para as pessoas que vivem e moram em Goiânia.

Ao chegar à Praça Cívica, pode-se verificar no local da antiga sede do Palácio de Campinas, construído nos anos 1960, que o mesmo descaracterizava o projeto original, e os ideais de Attílio Corrêa Lima, pois foi demolido dando espaço a obra do artista plástico Siron Franco, que foi feita de estrutura de aço inoxidável, onde a mesma reflete como se fosse espelhos.



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Esta obra tem três metros de altura e onze metros de comprimento. A arte urbana vincula o passado e o futuro por meios de totens, com 2,80 metros de altura, em forma de ancestrais Karajás e respectivas imagens figurativas, masculina e feminina, com 1,80 metro de altura, que representam o futuro. Assim, a contemporaneidade é materializada através dos vários reflexos, vultos e imagens de pessoas que circulam pela praça e no meio compositivo do ambiente que envolve a obra de arte.

O espelho e a forma foram utilizados de modo a provocar uma multiplicação das imagens, a criar ambientes mutantes, a permitir uma realidade que muda e se multiplica para revelar o que está em volta. Será um espaço que mudará o espaço continuamente. As pessoas são as obras de arte”, explica o artista. Fonte: Portal da Prefeitura de Goiânia.

Realmente a obra tem uma representatividade marcante no contexto espacial e conjuntural da praça, contando ao redor com a instalação de vários bancos para descanso e contemplação dos visitantes que ali transitam.

O monumento pode, portanto, adquirir um valor orientador dentro da sociedade porque funciona como negociador entre o passado e o presente, “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Mas ele também se relaciona ao futuro, na medida em que pelos homens do presente, sintetiza as esperanças e expectativas projetadas pela comunidade. O monumento tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou não das sociedades. Nesse sentido, o que define sua característica de monumento não é o algo em si da coisa, mas sua utilização pelo poder. (ARRAIS, pág.2)

Passando pela obra de Siron Franco nos deparamos com a imagem imponente de Pedro Ludovico Teixeira, em seu cavalo, obra fomentada pelo escritor e ex-secretário de Cultura do Município de Goiânia, José Mendonça Teles, na década de 1990, visando homenagear o centenário de nascimento do então Interventor e Governador de Goiás e criador da nova capital do Estado a cidade de Goiânia, Pedro Ludovico.

Assim, segundo Françoise Choay (2006, pág.12):

Patrimônio, esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

Fica evidente que a obra escultórica de Pedro Ludovico Teixeira, instalada no interior da Praça Cívica, revela-nos tratar-se de um bem patrimonial, que simboliza o poder. Pois se trata de uma personalidade ímpar para a coletividade de Goiânia, e de Goiás.

A obra de arte foi executada pela escultora Neusa Moraes e seu assistente Júlio Valente, responsável pela conclusão da obra após a morte da artista no ano de 2004. A representatividade desta obra perpassa dimensões naturais, com o homenageado montado em seu cavalo, cujo peso total da escultura é de 2,5 toneladas, peça modelada em gesso, e posteriormente banhada em bronze, denominada “monumento de resgate à memória”.

Seguindo ao centro da Praça Cívica, atual Praça Pedro Ludovico Teixeira, após a escultura do principal representante político de nosso estado o mentor e fundador de Goiânia, chegamos à uma fonte luminosa que ainda encontra-se em fase de construção e acabamento, tendo em sua orla bancos revitalizados. Caminhando mais um pouco, ao centro, encontramos o obelisco e a lanchonete. O obelisco teve sua construção na obra original na década de 1930, sendo um total de três, onde o principal e maior de todos que se encontrava bem centro da Praça de espaço ao Monumento das Três Raças, monumento que já era previsto no projeto inicial, mesmo sem saber ao certo sua forma, já constava anteriormente discriminado tal modificação. O Monumento das Três Raças trata-se de uma obra de arte escultórica de grande beleza estética, tendo permanecido por muitos anos desde sua criação em 1968, pela artista plástica, Neusa Moraes, localizado e instalado no ponto mais importante da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, no antigo local do obelisco maior.

Atualmente o Monumento das Três Raças é o símbolo escultórico mais representativo da cidade de Goiânia, exibido como cenário turístico, cultural, histórico, memorial de nossos remanescentes ou pioneiros, simbolizando a nossa miscigenação dos três grupos, o negro, o branco e o índio, responsável pela formação genética do povo goiano.

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs, enfatiza a forma dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre elas incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e

costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e por que não as tradições culinárias. (POLLAK, 1989, pág.1)

Seguindo mais um pouco, nos deparamos com outro obelisco, mais uma lanchonete e mais uma fonte luminosa, criando assim duas extremidades com características simétricas tendo como ponto central o Monumento das Três Raças e a vista das bandeiras, e do Palácio das Esmeraldas, ao fundo. Indo mais em sua extremidades esquerda para quem esta focando frontalmente a Praça encontramos o Museu Zoroastro Artiaga, um prédio de grande beleza, que foi inaugurado em 5 de julho de 1948, com o nome de seu fundador, museu de referência histórica do Estado de Goiás.



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Na data de 31 de agosto de 1998, o prédio onde funciona o Museu Zoroastro Artiaga foi tombado pelo Patrimônio Arquitetônico e Histórico pelo Estado, por intermédio do Decreto-Lei nº 4943, este título só veio fortalecer a sua missão como patrimônio tombado e público, como também de instituição museal, cuja missão é colecionar, conservar e transmitir a memória cultural do Estado e do povo goiano. Tal título de tombamento nos revela o poder adquirido pelas instituições públicas classificatórias, dando assim, a certeza do título.

Ao chegarmos ao Edifício do Centro Cultural Marieta Teles Machado, onde funciona o Museu da Imagem e Som de Goiás, MIS/GO, além de outros atrativos como sala de exposição, pudemos apreciar a exposição fotográfica: “Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira através da imagem”, em comemoração ao aniversário de Goiânia, realizado dia 24 de outubro de 2015, sábado, em seu marco zero, onde ganhou extensa programação cultural, através do Circuito Cultural, que previa a ocupação de todos os edifícios da Praça Cívica, com ações realizadas através do Governo Estadual por meio da Secretaria de Educação Cultura e Esporte.

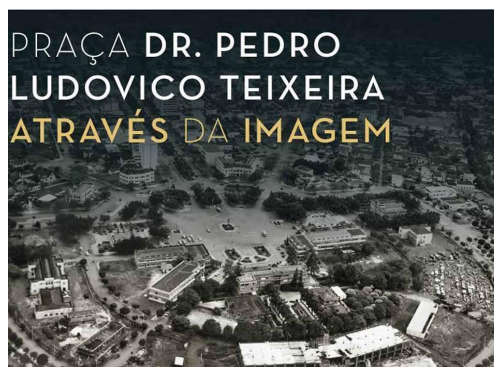


Imagem fornecida pelo MIS/GO como convite da Exposição via redes sociais

A inauguração da revitalização da Praça, tendo mais de quarenta imagens cedidas pelo MIS/GO do período de 1930 a 1980, registradas por fotógrafos pioneiros como: Alois Feichetenberger, Silvio Berto, Antônio Pereira da Silva, Hélio de Oliveira, Anníbal Machado, Eduardo Bilemjian e ColonVist. Com curadoria da historiadora Keith Valéria Tito, diretora do MIS/GO e o arquiteto Marcílio Lemos, chefe do núcleo de Obras e Recuperação do Patrimônio da SEDUCE.

A idéia principal era fazer com que a comunidade percebesse a Praça não somente como um local de passagem, mas também de apropriação, de lazer, de entretenimento e de sociabilidade.

A exposição fotográfica segue com um circuito cronológico, bem escolhido, demonstrando os principais edifícios e momentos históricos, principalmente a representatividade da importância da Praça Cívica para sua comunidade e suas ações cívicas e festivas durante o decorrer de sua existência no contexto histórico da nossa Capital, como sendo o marco zero, ou seja, o início de tudo.

Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais: Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum”. (POLLAK, 1989, pág.2)

Ao entrar na sala de exposição havia um painel anexado a parede com os dados das pessoas e instituições participantes deste projeto expositivo fotográfico “*Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira através da imagem*” além de uma mesa logo abaixo deste

painel contendo o livro de assinatura dos visitantes. Segue abaixo o texto do referido painel:

Governo de Goiás

Governador do Estado de Goiás – Marconi Ferreira Perillo Júnior

Vice-Governador do Estado de Goiás – José Eliton de Figueiredo Júnior

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte – Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira

Superintendência Executiva de Cultura – Nasr Nagib Fayad Chaul

Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico – Tânia Mendonça

Gerência de Museu e Galerias – Simone Rosa

Museu da Imagem e do Som de Goiás – Keith Valéria Tito

Núcleo de Obras e Recuperação Patrimonial de Goiás – Marcílio Lemos Carvalho

Exposição

Curadoria – Keith Valéria Tito – Letícia Porto Ribeiro

Maquete – acervo particular Marcílio Lemos

Reprodução e tratamento digital – Paulo Rezende

Núcleo de Ação Educativa – Ana Rita Vidica Fernandes, Cláudia Maria de Paula, Divina Alves Pereira, Gilson de Sousa Andrade, Ivanilda Junqueira, Julianna Carvalho de Oliveira, Keith Valéria Tito, Larissa Cantarino, Luciana Santana Vieira, Mariana Capeletti

Serviços Gerais – Anamaria Diniz, Ana Paula Vidica, Bariani Ortencio, Gustavo Ponce Cadete Peixoto, Hélio de Oliveira, Ivanilda Junqueira, Mariana Capeletti, Stela Horta, Sérgio Motta, Cine Cultural.

Realização – Governo de Goiás, SEDUCE, MIS/GO e Circuito Cultural.

Outro momento importante foi à leitura do painel apresentado na exposição “Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira através da imagem”

Com carinho e relevância de quem guarda um tesouro, com ternura de quem acaricia as lembranças e as embala com delicadeza e doçura e com o cuidado de quem tira a poeira dos seus guardados, abrimos o álbum da cidade e devolvemos a ela o que há de mais precioso: as suas memórias, patrimônio preservado que a fortalece rumo a modernidade. E convidamos você para imergir e compartilhar conosco este tesouro, saudando a cidade, saudando a sua praça. A praça de Pedro e Atílio, de Armando Godoi e dos irmãos Coimbra, Jerônimo e Aberlado. A praça de Venerando e de tantos outros. De Adolfo, João, Belizário, Aloísio, que vieram de Minas Gerais, do sertão da Bahia,

das Alagoas, São Paulo e de tantas outras regiões do país. Aqui eles se juntaram a Pedro e das madrugadas ao findar dos dias, sob sol e sob chuva, roçaram o terreno, fincaram as estacas, abrandaram a poeira vermelha e transformaram o traçado de Atilio em realidade. Há 82 anos. Tudo começou pela praça. E nela abençoaram e comemoraram seus feitos na cidade que nascia: testemunharam missas campais e o batismo cultural e, muitos que aqui ficaram. A praça do Bilemjiam, do Silvio Bento, do Antônio Pereira da Silva, do Feichtenberg. São deles os registros primorosos do vigor da Feira Hippie, das fontes luminosas, dos jardins recortados, dos obeliscos, do coreto. Monumentos de estirpe européia, mas a imensidão do luar do sertão goiano. A praça de Hélio de Oliveira, fotógrafo que registrou a praça na década de 1950 até hoje; o furor das manifestações políticas, como a deposição de Mauro Borges e as manifestações Pró Diretas já. A praça dos cineastas, documentaristas, do Eudaldo e do Benfica; do Luís do caldo de cana; do ligeirinho e dos outros lavadores de carro que tinham na praça a sua carteira de clientes fiéis e cativos. E depois dessa imersão, que toda a gente se aproprie da praça. Da praça não como estacionamento, mas como espaço de festa, de lazer, de entretenimento e de vida. (Fonte: Curadoria da exposição: Keith Valéria Tito – Letícia Porto Ribeiro - Exposição de fotografias do acervo do MIS/GO “Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira através da imagem”).

O Museu da Imagem e do Som de Goiás foi criado em 1988 com objetivo de reunir, preservar, produzir e divulgar as formas de expressão histórica, artística e cultural do Estado registradas em fotografias, áudio e vídeo. Seu acervo consta com coleções de discos, fitas cassete, fitas magnéticas de áudio e de vídeo, películas, fotografias, documentos textuais e bibliográficos, localizado na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 2, Centro, no edifício onde funciona Centro Cultural Marieta Telles Machado, disponibilizando para visita os seguintes horários de funcionamento, terça a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, assim todas escolas ou instituição de ensino, que queiram levar seus alunos para ver as mostras de vídeo ou consultar ao banco de dados dos acervos fotográficos e fonográfico devem ser agendadas previamente.

Como visitantes da exposição fotográfica realizada no MIS/GO, podemos ter uma idéia clara e objetiva de alguns fatos ocorridos e vivenciados cronologicamente e historicamente pelos olhares de vários fotógrafos, seguindo seu tempo, a tecnologia do momento, os fatos, ações, memórias, manifestações populares e políticas presenciadas no contexto da própria cidade, como também no coração da cidade, que era e ainda é, a Praça Cívica.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar [...] tentativas

mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, pág.7)

Desta maneira é de bom tom salientar que a cultura é proveniente de todas as ações por meio das quais os povos expressam suas “formas de criar, fazer e viver” (Constituição Federal de 1988, art. 216).

Com base nisso, o patrimônio aqui representado pelas fotografias, e preservado, fortalece a memória dos que vivenciaram a história e dos que possam ter contato pela primeira vez, formando opiniões e adquirindo conhecimento para difundir a futuras gerações.

Na antropologia, na psicologia entre outras ciências nos ensinam que o homem não vive sozinho. Para viver, ele se relaciona com outras pessoas e com a natureza e, dessa forma, organiza seu modo de vida. Esse modo de vida se mantém no tempo, enquanto houver novas pessoas que o aprendam.

Esse modo de vida chama-se cultura e manifesta-se de várias formas em nosso dia a dia. A cultura engloba tanto a linguagem como as pessoas que se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto à forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se então de um processo dinâmico de transmissão, de geração para geração, de práticas, sentidos e valores que modificam e se reinventam constantemente de forma dinâmica e aceita pela sociedade e a cultura local.

As pessoas fazem parte de diferentes grupos sociais, cujo alcance pode ou não ser local: o grupo da igreja, o grupo de fundadores da cidade, o grupo de comerciantes, o grupo dos empresários, os grupos de funcionários públicos, o grupo de mulheres, o grupo de seringueiros, entre outros.

Assim durante a vida, as pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras, em diferentes contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, seus amigos e parentes, sua família, seu grupo escolar e religioso, no bairro em que mora, no jeito que em que foi criado e que cria seus filhos. Este mesmo processo ocorre de forma

semelhante no grupo social. As pessoas de cada grupo social compartilham histórias e memórias coletivas, visões de mundo e modos de organização social próprios.

“Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as idéias e a fantasia”. (BRAYNER, 2007,p.5)

Ao entramos no universo da memória implica na possibilidade de abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de tantas outras áreas que já se debruçaram sobre esse tema devido às características e demandas de conhecimento da sociedade. A memória é, portanto, um processo, um projeto de futuro e leitura do passado no presente. A memória percorre inúmeros caminhos distintos e interligados ao mesmo tempo, possibilitando inúmeras formas e acessos de recordação, aquisição, formação, conservação e evocação de informações sendo lembrada e denominada também de recordação e pelo fator cronológico e histórico, baseado em fatos vivenciados ou não.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança é do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado, porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga as continuidades temporais, às evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, pág.3)

A memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cercam, para assim modificar o próprio comportamento. Maurice Halbwachs (2006) em *“A memória coletiva”*, descreve que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família,

com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim com a cultura e o convívio e os grupos peculiares a esse indivíduo.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. As lembranças e uma imagem construída pelas materiais que estão, agora, a nossa disposição. Para Halbwachas (1990) “A memória existe socialmente construída. Enquanto a memória coletiva é contínua e retém do passado o que está contido no grupo e, portanto, ela é múltipla.”

2.2- Placas informativas disponibilizadas para os visitantes na Praça Cívica:

As placas de informação para os visitantes é uma iniciativa muito válida, para que o indivíduo ou o grupo possa de alguma maneira, mesmo que seja um recorte moldado por supostos interesses, de maneira indutiva ou midiática da história ali representada, mas é algo palpável, sólido e objetivo no sentido de passar certo conhecimento sobre algo ou determinado local, mesmo que este local seja totalmente desconhecido de sua convivência ou vida. Neste momento a comunicação flui descritivamente e imagetivamente através da imagem anexada como ilustrativa daquele espaço específico. Podendo ou não momentaneamente buscar lembranças ou memórias objetivas ou subjetivas de nossa percepção sobre o que estamos interagindo.

• Praça Cívica - Atual Praça Pedro Ludovico Teixeira



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Localizada no centro da Capital, a Praça Pedro Ludovico Teixeira, também denominada Praça Cívica, tem, desde sua concepção original, a forma circular, de onde se irradiam os eixos das avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins. A Praça abriga os primeiros edifícios públicos de Goiânia, com destaque para o Palácio do Governo Estadual, o Museu Zoroastro Artiaga e o Monumento das Três Raças que simboliza a formação do povo goiano.

Fonte: Edição Descobrindo Goiânia, Guia Turístico de Goiânia, Turismo – Cultura – História – Arte – Lazer 2002 - 2003.

- **Palácio das Esmeraldas** – Original Palácio do Governo



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Quando a cidade de Goiânia estava sendo construída, no vértice das Avenidas Tocantins e Araguaia, dominando a Praça Cívica, onde foram construídos edifícios das Secretarias de Estado, surgiu o edifício de três andares onde o governador despacharia e passaria a residir com sua família. Todavia, ao passo que começou a receber a pintura, foi chamado, inicialmente de Casa Verde. A ligação de Goiás com as Estradas e Bandeiras inspiraria o primeiro Prefeito Venerando de Freitas Borges, a sugerir a denominação, posteriormente oficializada, Palácio das Esmeraldas. Fonte: Edição Descobrindo Goiânia, Guia Turístico de Goiânia, Turismo – Cultura – História – Arte – Lazer 2002 – 2003.

- **Museu Goiano Zoroastro Artiaga** - Antigo Departamento de Imprensa e Propaganda
DAÍ



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Fundado em 1946, o Museu traz o nome do Professor Zoroastro, seu idealizador e diretor por quase vinte anos. A história e a cultura Goiana são os maiores atrativos do Museu Zoroastro Artiaga, que apresenta grande acervo de utensílios, roupas, peças de artesanato e obras de arte popular e indígena, além de amostras de minerais, pássaros e animais das mais diversas regiões do Estado. Destaca-se a seção de folclore, com que há de mais característico cultura popular goiana.

Fonte: Edição Descobrindo Goiânia, Guia Turístico de Goiânia, Turismo – Cultura – História – Arte – Lazer 2002 - 2003.

- **Centro Cultural Marieta Teles Machado – Antiga Secretaria Geral**



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

O edifício, cujo nome homenageia a escritora goiana nascida em Hidrolândia (1934 – 1987) é tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural Nacional pelo Instituto Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN) e integra o vasto conjunto arquitetônico em estilo Art Déco, tradicional na Capital. Construindo à época da fundação de Goiânia, o prédio já foi palco de importantes acontecimentos da Capital, testemunhando fatos históricos. Utilizado inicialmente como sede da Secretaria Estadual da Fazenda, o edifício projetado por Atílio Correia Lima, em decorrência de seu contrato inicial (plano da cidade e principais edifícios públicos), fazia parte de um conjunto de grande importância arquitetônica para nova capital, ao lado do Palácio do Governo e da Secretaria de Justiça. Com a transferência das atividades da Secretaria para o edifício do Centro Administrativo, passou a sediar a Secretaria de Cultura e seus múltiplos anexos. Hoje como Centro Cultural, passou a sediar diversas atividades relacionadas as artes e à cultura, como exportações de obras e festivais, além de abrigar o Museu da Imagem e Som. Apesar de quase um século de vida trata-se de uma das edificações antigas mais conservadas da Capital e de valor histórico inestimável. Os vidros das janelas da fachada, por exemplo, são originais.

Fonte: COELHO, G. Guia dos bens e imóveis tombados. Volume 2. Goiânia: Trilhas Urbanas 2001. Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Instituto Casa Brasil, 2010. MANSO, C. (org.) Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

- **Procuradoria do Estado – antigo Fórum e Tribunal de Justiça**



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Os detalhes mais expressivos se cristalizam nas esquadrias externas de madeira, com persianas de enrolar e portões de ferro batido com vitrais de vidro, de abrir, revestidas de esmalte cinza. A porta principal, com elementos de serralheria artística, apresenta vidro jateado com desenhos relacionados à industrialização. A horizontalidade do edifício e a galeria composta por colunatas fazem a interação deste com os prédios dos Palácios da Esmeraldas e do Centro Cultural Marieta Telles Machado. Início da construção: 1936. Autor do projeto. Atílio Corrêa Lima, com alterações realizadas pela Superintendência Geral de Obras, juntamente com a firma Coimbra Bueno Ltda., sob assessoria do engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003, o edifício também é protegido no âmbito estadual pelo Decreto 4.943 de 31 de agosto de 1988

Fonte: COELHO, G. Guia dos bens e imóveis tombados. Volume 2. Goiânia: Trilhas Urbanas 2001. Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Instituto Casa Brasil, 2010. MANSO, C. (org.) Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

- **Tribunal de Contas - Antigo Prédio de Estatística do Estado**



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Criado em 1952, por iniciativa do governo de Pedro Ludovico Teixeira, o TCE se firma hoje como um dos mais estruturados do País. O Prédio passou por uma série de

reformas no decorrer de sua história. A mais abrangente delas ocorreu em 1994, porém, sem comprometer o que restava da antiga estrutura. Construído em estilo Art Déco, o prédio passou por muitas modificações, restando hoje, da edificação original, apenas parte da frente do prédio.

Inscrito no Livro de Tombos do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás, foi tombado a partir do Decreto nº 4.943, de 31 de agosto de 1998, fundamentado na Lei nº 13.312, de 09 de julho de 1998. Fonte: <http://www.secult.go.gov.br/post/ver/143356/monumentos>

- **Obelisco lado Araguaia**



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Originalmente havia três obeliscos. O obelisco central, o maior dos três, hoje demolido, estava localizado no ponto de convergência do eixo das três avenidas radiais. Em seu lugar, foi construído o Monumento das Três Raças. O próprio Atílio Correia Lima havia previsto que a luminária maior posteriormente deveria ser removida. O ponto de confluência das três avenidas seria reservado para “um monumento comemorativo das bandeiras, descobertas e riquezas do Estado”. Os dois obeliscos hoje existentes localizam-se nas duas laterais, leste e oeste, da Praça Cívica.

Fonte: Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico, dossiê de tombamento, volume II Iconografia. Goiânia 2004.

- **Fonte Luminosa lado Tocantins**



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Início da construção: 1936. Projeto de execução: firma Coimbra Bueno e Penas Chaves Ltda, mais tarde Coimbra Bueno Ltda. As fontes luminosas foram muito freqüentadas pela população moradora vizinha e por visitantes desde os anos 30 até os anos 70. Teve lugar de destaque nas festas cívicas, tais como desfiles de 07 de setembro, 24 de outubro (aniversário da cidade), comícios políticos e festas religiosas como, por exemplo, as procissões de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira da cidade, vindas da Catedral Metropolitana. As principais intervenções se deram entre 1997 a 1999, durante a reforma realizada na Praça Cívica, com a elevação da altura da mureta do espelho d'água e com a manutenção das máquinas das fontes, dos jatos d'água e da iluminação. Fonte: Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico, dossiê de tombamento, volume II Iconografia. Goiânia 2004.

- **A intervenção:**

A intervenção aqui nada, mas é do que a própria requalificação do espaço físico da Praça Cívica, atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, sendo totalmente revitalizada com recursos do Programa do Governo Federal de Aceleração do Crescimento (PAC-Cidades históricas), e demais agentes participantes: Prefeitura de Goiânia; Caixa Econômica Federal e IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura. Trata-se de uma ação intergovernamental, articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

O Projeto pretende devolver a Praça aos cidadãos, com recintos qualificados e livres de presença de automóvel, valorizando a qualidade urbanística e a vida coletiva. Onde seu custo para os cofres públicos ficou contabilizado no valor total da obra em R\$12.533.929,48, representado pelo PAC 2 Cidade Melhor, contemplando a

comunidade do centro do município de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, tendo como objetivo a requalificação da Praça Cívica, atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, tendo como início das obras início da obra dia 27 de janeiro de 2015 e o seu termino da obra dia 27 de novembro de 2015, só que esta data foi antecipada para o dia do aniversario de Goiânia dia 24 de outubro de 2015.



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

A cidade de Goiânia, atual Capital do Estado de Goiás teve como projetista o arquiteto, engenheiro, urbanista e paisagista Atílio Corrêa Lima, onde o mesmo foi responsável técnico projetando o Centro Cívico de Goiânia na parte mais alta da futura capital, configurando os edifícios administrativos em torno de uma praça. A Praça Pedro Ludovico Teixeira, nomeada em homenagem ao fundador da Capital.

Ao longo de sua existência a praça se tornou um espaço público de maior significância em Goiânia, palco para comemorações cívicas e políticas e espaço de lazer para as famílias.

A produção da arquitetura moderna buscava os métodos da racionalidade, a precisão numa idéia de arquitetura funcional, objetiva, lógica, uma conduta estranha ao repertório estético-artístico vivenciado no período principalmente nos moldes culturais e tradicionais do Estado de Goiás tudo era diferenciado do que já era conhecido por todos, neste caso o estilo colonial e bucólico da momento.

O traçado da cidade, estabelecia um centro, composto de Praça Cívica, três grandes avenidas: a avenida Goiás ao centro, a avenida Araguaia à direita e a esquerda a Tocantins, ambas largas e imponentes para o período de sua construção, que convergem para aquela praça. Reproduzindo o desenho de Versailles, localiza no ponto de convergência o centro do poder, o Palácio das Esmeraldas.

A idéia de monumentalidade de Atílio Corrêa Lima, no entanto, acabou por se perder dentro de seus próprios princípios, já que a abundante arborização existe em nossa atualidade e os prédios, obstruíram as perspectivas e a visão panorâmica e planejada para a época.



Diferenciação de pisos / Novo banco / Novo Quiosque – Lanchonete
Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

A obra de requalificação teve algumas particularidades como: a estatua de Pedro Ludovico montado em seu cavalo, que foi transferida da lateral do Palácio Pedro Ludovico, espaço na Praça Cívica em ponto de maior destaque, onde a vegetação sofreu alterações com relação as árvores, havendo porém, a manutenção do paisagismo existente e acréscimo de mais árvores, troca de pisos para favorecer o percurso e a acessibilidade.

Outro ponto muito importante é a ciclofaixa em sentido longitudinal, conectando-a a existente na Av. Universitária possibilitando assim que ciclistas possam ter maior segurança no trânsito e conseqüentemente maior liberdade de locomoção em sua ida e vinda, já os bancos existentes foram restaurados e mantidos na praça com a construção de novos bancos também.

Já na esplanada ocorreu a criação de área que delimita o ponto central da Praça e o Monumento das Três Raças, proporcionando maior visibilidade e um espaço mais amplo e agradável para as pessoas que ali transitarem e por fim será colocado o rolo compressor elemento da memória das primeiras décadas de ocupação da cidade como elemento decorativo e monumental próximo do Museu Zoroastro Artiaga formando desta maneira um conjunto de monumentos representativos da história da Praça Cívica e da construção de Goiânia.

- **Placa da Obra:**



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Obra: Requalificação Urbana da Praça Cívica na Cidade de Goiânia

Contratante: Secretaria Municipal de Obras

Fiscalização: Fábio Peres de Oliveira Engº. Civil CREA-GO 13831/D

Responsáveis Técnicos:

Vicente Souto Júnior Engº. Civil CREA-GO 13831/D

André Luiz Launé Pinto Engº. Eletricista CREA-GO 14987/D

Simone Soares Delanoy Arquiteta e Urbanista CAU A 13806-1

Execução: Marsou Engenharia

As principais diretrizes do projeto perpassam por seis itens muito relevantes e importantes quanto à concretização da requalificação da Praça Cívica que são:

1) **Manter a configuração original da Praça;** A estrutura urbana e os recintos do projeto original serão mantidos, assim como as perspectivas que valorizam os bens tombados.

2) **Enriquecer a paisagem existente;** Além disso ainda serão requalificados os recintos e fontes, mantendo o desenho original do projeto. Serão introduzidos ou mantidos e recuperados elementos paisagísticos, como espécies arbóreas, bancos, posteamto, pisos e dois quiosques (em substituição aos já existentes).

Uma das principais marcas contemporâneas do projeto será a criação de uma escadaria em formato de U, que abraçará o Monumento das Três Raças.

3) **Devolver o lugar as pessoas;** Para favorecer a acessibilidade e o percurso na Praça pelos cidadãos, as vias serão niveladas aos passeios. Pisos mais convidativos serão empregados no lugar do asfalto hoje existente.

4) **Utilizar a iluminação como elemento de atração;** Foi elaborado um projeto luminotécnico que considerou a especificidade dos ambientes e a sustentabilidade.

5) **Valorizar a escultura de Pedro Ludovico colocando-a em uma nova posição;** A estátua eqüestre de Pedro Ludovico será instalada entre a fonte oeste e o Palácio das Campinas. O “Rolo Compressor” que é parte da história de abertura das primeiras ruas da cidade será colocado na frente do Museu Zoroastro Artiaga.

6) **Reutilizar o máximo de material existente.** Condições atuais do asfalto, canteiro e pisos da Praça Cívica, problemas alvos da intervenção proposta.

- Piso em mosaico português / - Piso em bloco intertravado de concreto



Foto tirada no dia da Visita Técnica – autor: Reginaldo Soares de Azevedo

Obs.: A obra ainda continua em processo de requalificação:

CAPÍTULO III– A PRAÇA COMO HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Durante muito tempo, o Brasil foi dominado pelos políticos oriundos de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam no poder, como Presidentes da República, constituindo assim a chamada “Política do Café com Leite”, isso porque o café produzido em São Paulo, e o leite produzido em Minas Gerais, dominavam a economia brasileira. Novos paradigmas surgiram no jogo político, quando indicaram um paulista como candidato a Presidência, quando a vez seria de Minas. Desta feita, rompe-se a Política de Café com Leite, e Minas alia-se com os oposicionistas do Rio Grande do Sul e da Paraíba em torno do nome de Getúlio Vargas, para as eleições de 1930.

Com a derrota de Getúlio Vargas, e depois o golpe que o leva ao poder, por meio da conhecida Revolução de 1930, o cenário em Goiás muda também, subindo ao poder os que se encontravam aliados do poder, como Pedro Ludovico Teixeira. Impulsionado pelo discurso do progresso, o jovem médico projeta na construção de uma nova capital a saída para o desenvolvimento do Estado.

Destaca-se, nos anos 30, o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia e, de um modo geral, na expansão capitalista do Brasil. Dentro da Marcha para o Oeste, Goiânia seria a metáfora desse Brasil grande, do novo, do processo, a representação do novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais. A criação de Goiânia exprimia, assim, a esperança. Esperança de se contrapor ao “evento defeituoso” que a cidade de Goiás passou a simbolizar. (CHAUL, 2010, pág. 256)

Para representar o novo momento político que buscava o progresso do desenvolvimentismo e da modernidade, visualizada naquele período histórico em questão, a mudança da capital de Goiás passou a ser um objetivo do governo, para diminuir as forças do governo anterior.

A idéia da mudança da capital surgiu, com definição, depois das transformações políticas produzidas no Estado pela Revolução Liberal de 1930. A opinião de que o subdesenvolvido de Goiás decorria, em grande parte, da inércia da antiga capital não era apenas do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Era de muitos. Diversos governantes haviam evidenciado a necessidade da localização da metrópole goiana em região que agrupasse, basicamente, requisitos indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do Estado. (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 31)

Assim a construção de Goiânia começou, mas não foi sem muita discussão e dificuldades. Então dia 24 de outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental de

Goiânia, dando início à construção da nova Capital do Estado de Goiás. Goiânia foi um marco muito importante para representação dos objetivos do projeto do Governo Federal, denominado de “Marcha para o oeste”. Tratava-se de uma prova real de que era possível a ocupação das terras pouco exploradas do Brasil Central, sendo considerada uma nova capital com características modernas, numa região praticamente desconhecida pela maioria da população do Brasil.

[...] Goiânia cresceu continuamente. Entre 1937 a 1960, o crescimento foi gradual, que dizer, não parou, mas não houve explosão da população. Era um época em que isso ocorria em todo o país, quase no mesmo ritmo. Mas já na época, os problemas foram aumentando. Apesar de termos mais dinheiro em circulação a pobreza aumentava. [...] (MASCARENHAS 1992, p.35)

Em Goiás, os coronéis do sul e sudeste goiano aliaram-se aos novos chefes políticos nacionais, e, assim coronéis paulistas e mineiros foram derrotados, e junto com eles o Caiado. Essa história ficou conhecida como Revolução de 1930. Assim, fortalece a idéia de transferência da capital.

A idéia da mudança da capital surgiu, com definição, depois das transformações políticas produzidas no Estado pela Revolução Liberal de 1930. A opinião de que o subdesenvolvido de Goiás decorria, em grande parte, da inércia da antiga capital não era apenas do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Era de muitos. Diversos governantes haviam evidenciado a necessidade da localização da metrópole goiana em região que agrupasse, basicamente, requisitos indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do Estado. (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 31)

Inicialmente, em 1932 foi criado um grupo de pessoas para discutir onde seria a nova Capital. Em 3 de janeiro de 1933, o Cel. Antônio Pireneus de Souza, um dos membros de uma comissão constituída para fins de encontrar uma localidade para a nova Capital, sugeriu a escolha de três técnicos para realizarem os estudos quanto as condições das cidades de Silvânia (então denominada Bonfim), Pires do Rio e Campinas. Logo em 4 de março a localidade havia sido indicada no relatório, onde a escolhida foi Campinas. Essa cidade tratava-se de uma vila com mais de 120 anos, possuía um Colégio, praças, algumas ruas e várias construções, capaz de ajudar a construção de uma Capital, com características modernas, devido a sua topografia.

Instalados os trabalhos a 3 de janeiro de 1933, o Cel. Antônio Pireneus de Souza, um de seus membros, sugeriu a escolha de três técnicos, ou seja, João Argenta e Jerônimo Fleury Curado, engenheiros, e Laudelino Gomes de Almeida (médico) para realizarem os estudos das condições topográficas, hidrológicas e climáticas das localidades de Bonfim (hoje Silvânia), Pires do Rio, Ubatã (atualmente Egerineu Teixeira) e Campinas (hoje bairro goianiense), a fim de que, baseada

em seu relatório, se manifestasse a Comissão. A 4 de março de 1933, essa subcomissão oferecia um relatório, onde concluía: “Considerando que Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e sua topografia, das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna [...] (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 33)

Assim, foram adotadas todas as medidas necessárias para a construção da nova Capital, sendo lançada a pedra fundamental, bem como estipulado o prazo de dois anos para a conclusão dos trabalhos.

A 18 de maio de 1933, baixou o Decreto n.º 3.359, determinando que a região às margens do Córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas “Crimeia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, no então município de Campinas, [...] Entre outras medidas, enumerava o ato que a transferência se operasse no prazo máximo de dois anos. (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 34)

Por outro lado, as construções antigas eram em tudo diferentes do estilo Art Déco, porém, esse estilo de origem francesa com características estilísticas principais de linhas circulares ou retas estilizadas, uso de formas geométricas, simétrica, design abstrato, formas femininas e animais são mais trabalhados, influencias do construtivismo, futurismo e cubismo, remetia à modernidade, ideal para a construção da nova Capital.

Se em Goiás o art déco foi o estilo apropriado pelas instituições e pelo poder justamente para provocar a idéia de mudança, de modernidade, é porque havia anteriormente um estilo consolidado nas construções da região. De fato, as construções vernáculas eram em tudo diferentes do edifício art déco. (ICBC, 2010, p. 26)

A arquitetura moderna Art Déco era um estilo internacional e foi introduzida no Brasil a partir dos anos 20, e possuía características modernas.

O Art Déco, originado na Europa e que se expandiu para as Américas do Norte e do Sul, inclusive para o Brasil, a partir dos anos 20, passou a compreender um conjunto de manifestações artísticas e a necessidade de exprimir idéias novas, de tentar ser moderno [...] (MANSO, 2001, p. 153)

Historicamente o auge da Art Decó, ocorre em Paris, capital da França, no ano de 1925, através de uma Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas. Aqui em Goiás, Atílio Corrêa Lima ficou incumbido de introduzir uma arquitetura moderna, Art Déco na nova Capital. “[...] Atílio Corrêa Lima, ao conceber o Plano de Urbanização de Goiânia [...]” (MANSO, 2001, p. 151).

É de se ressaltar que no Brasil o Estilo Art’ Déco foi utilizado em construções de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis e na cidade de Goiânia, além

de outras capitais se propagando para cidades do interior com a força da própria influência e do modismo.

Assim, evidencia-se o estilo Art Déco nos edifícios públicos, projetados por Atílio Corrêa Lima, para compor o centro administrativo de Goiânia, a Praça Cívica, e a Avenida Goiás, dentre outros. “Na arquitetura de edifícios públicos de Goiânia, Atílio fez com que Goiânia se integrasse aos preceitos da modernidade.” (MANSO, 2001, p. 155).

Mas o início de tudo, na estrutura proposta por Atílio Corrêa Lima, tem-se dois eixos perpendiculares entre si, o eixo da Avenida Goiás e o eixo da Avenida Anhangüera, que atravessa toda a cidade. O traçado proposto por ele tem um ponto principal que é a Praça Cívica, onde se encontram os principais edifícios Administrativos.

Os primeiros prédios de Goiânia seguem todos a orientação do Estilo Art'Deco que na época era o que existia de mais moderno e belo, tais como: a própria Praça Cívica, o Teatro Goiânia, o Coreto, o Relógio localizado na Av. Goiás, os colégios Liceu e Ateneu Dom Bosco, a mureta do lago das Rosas, a residência do Dr. Pedro Ludovico, a torre da estação ferroviária e muitas outras edificações de mesmo período.

Porém, a cidade de Goiânia não teve construções Art'Déco com tanto magnificência quanto tiveram as cidades americanas e européias, mas trata-se de um dos maiores representantes deste estilo arquitetônico e artístico desta época.

No Brasil, até meados do século XIX, a sociedade, materialmente, vivia a fase colonial. Setores das elites iniciaram, a partir de 1930, um processo civilizatório em relação a seus próprios hábitos, costumes e regras sociais. Em Goiás objetos de cultura material foram trazidos da região Centro-Sul; renovam-se o critério de distribuição, dentro do espaço arquitetônico residencial, das várias atividades cotidianas da vida doméstica, além de alterar os papéis tradicionais dos pais e sua relação com os filhos. Iniciaram-se as tendências para desintegração da família patriarcal tradicional. Um dos primeiros indícios dessas alterações foi a redução de número de aposentos, indicando que os filhos, ao se casarem, não mais permaneceriam na casa paterna. O cômodo vazio transforma-se em quarto de hóspedes. As moradias não tinham mais de quatro quartos, limite adotado no planejamento residencial de Goiânia. As necessidades da família moderna provocaram novas intervenções no espaço interno da residência, apresentando diferentes características e funções, segundo a descrição do inventário museológico, no espaço edificado: a sala de TV, as varandas, os dormitórios, o lavabo, os escritórios etc. Outra diferença foi o investimento nas áreas internas de serviço, como a cozinha, que ganhou pia e a copa, que recebeu um lavatório. São também dessa época as primeiras dependências a receberem eletrodomésticos, fogões a gás, ferro elétrico, pias com

cubas e torneiras, armários embutidos, bancadas de pedras etc.”
 “Segundo o autor o rádio que circulava no espaço doméstico, perderia sua importância, esvaziado pela televisão, que trazia cenas e a linguagem de um mundo novo e exigia ainda acomodações apropriadas, tanto para o aparelho como para as pessoas. Assim, logo de início, a televisão invadiu a sala de visitas, transformando-a verdadeiramente num living-room”.(CHAUL, 2010, pág 18)

Tratava-se de construções de estilo Art'Déco, cujo os principais prédios trouxeram para o cerrado as mais modernas técnicas arquitetônicas da época: prédios de concreto armado, ruas largas para época, um plano diretor, urbanismo e toda uma preocupação com o planejamento. Especificamente a Praça Cívica, “De acordo com Atílio Corrêa Lima, no seu projeto urbanístico da cidade, a praça do Centro Administrativo seria a principal de Goiânia”,[...] (SOUZA, 2015, p. 211).

E é na Praça Cívica que se encontra grande quantidade de monumentos e elementos em memória de Pedro Ludovico Teixeira, como um busto e uma estátua onde aparece montado num cavalo, além de ser para ela onde convergem todas as principais ruas da Capital. “Nessa praça, sem dúvida, se encontra a maior quantidade de referências à memória de Pedro Ludovico”. (SOUZA, 2015, p. 211).

3.1 - Mudanças entre os seres humanos e cidades:

A cidade como também os seres humanos estão sempre em mutação, às mudanças são partes inerentes destes organismos vivos, se modificam todo tempo. A cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, também não é diferente. Desde o seu surgimento, com a criação do seu marco zero, ela esta em processo desenvolvimentista, crescendo gradativamente todos os dias, de maneira cronológica e histórica, como também sua população.

O aumento gradativo de sua população vem do aglomerado de várias pessoas proveniente de inúmeros lugarejos, regiões, cidades, estados e países, que estejam de passagem por aqui, estudando, trabalhando, se tratando e se fixando, como local de moradia e de vida, etc.

A Praça Cívica, atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, surge como marco zero de Goiânia no ano de 1933, com características originais projetadas pelo arquiteto, engenheiro, urbanista e paisagista Atílio Corrêa Lima. Características estas as quais sofreram modificações em todo seu processo existencial, desde sua idealização em seu próprio projeto, por meio de dúvidas e idéias de seu mentor, e a cada dia, com os seus visitantes e com o seu uso diário. E ainda, através das modificações para manutenção e requalificações.

Assim, a Praça Cívica como todo complexo estrutural deste organismo vivo, não para, se modifica diariamente, em todo momento. Uma folha de árvore que cai solo, um cachorro que passa e late, uma mulher com seu filho, um tijolo que involuntariamente é retirado do local, um saco plástico vazio que voa e cai no interior da praça, as pombas que vem se alimentar pelas mãos de uma alma generosa etc, tudo é motivo de mudança do aspecto da praça, pois ressalta-se, trata-se de um organismo com vida própria sempre em mutação.

Dia e noite, hora chove, hora faz muito calor, em outro momento frio, numa festa lota, em dias de feriados esvazia, sempre num processo dinâmico, vivido e vivenciativo, respeitando a individualidade e experimentação destas alterações involuntárias ou voluntárias.

E nesse processo surge tanto no individuo como no grupo, lembranças e memórias de um tempo que ficou em sua mente, ou através de relatos descritivos, imagéticos, ou artísticos.



A própria Secretaria Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE), em sua fala solene, na presença de várias autoridades da área da cultura e demais pessoas da comunidade goiana e imprensa local, no dia o lançamento do catalogo da exposição fotográfica “Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira através da imagem, em 23 de fevereiro de 2016, às 20h00min, local Galeria coberta do Centro Cultural Marieta Telles Machado, Praça Cívica em Goiânia Goiás, realização MIS/GO SEDUCE e Governo de Goiás, revelou que quando criança, morava nas proximidades da Praça Cívica, disse que ao chegar ao entardecer brincava na praça, revelando a existência de duas extremidades, onde de um lado existia uma fonte luminosa colorida, e do outro lado uma fonte luminosa de cor branca.

Assim, ressalta que ficava encantada com a beleza das mesmas, e como as pessoas tinham a liberdade de vivenciar momentos prazerosos e de lazer neste local.

Alegou também, que corria de um lado para outro, além do que, de lados opostos, também da praça, ficavam o pipoqueiro e o algodão doce.

Em suas memórias vividas e vivenciadas ela pode brevemente em frações de segundo voltar instantaneamente em sua infância como se fosse um filme gravado em sua mente, através de suas recordações.

Esse processo ocorre em todos nós, todos os dias de nossas vidas como processo estrutural de nossa identidade patrimonial e de cidadania, revela-nos aspectos distintos, individuais ou conjuntamente, que passamos sejam situações de orientação e posicionamento como agradáveis ou não.

A cidade de Goiânia, por ser nova perante as demais capitais do País, com apenas 82 anos de idade, é mais fácil e compreensível buscarmos na memória, ao visualizarmos uma foto de época ou escutar histórias dos mais idosos, onde percebermos a existência e a utilização de animais como força de trabalho, na construção de Goiânia.

Assim, na construção da nova capital foram utilizados, como meio de locomoção e transporte, além dos poucos veículos existentes e muitas bicicletas, os animais como: cavalos, bois para puxar os roletes de compactação do solo na realização e feitura das ruas e avenidas da nova capital do Estado de Goiás, carros de boi, carroceiros, para transporte de mudanças, mercadorias diversas, alimentos, e de familiares, galinhas, patos, gansos, porcos, cabras nos quintais, bichos de estimação, etc.,



Imagem retirada do Google dia 06/03/2016 as 15h:23min. Cidade de Goiânia década de 1930.

O uso de animais no contexto da cidade era usual e corriqueiro perante a comunidade e observados com normalidade. Hoje em dia, já não seria possível a utilização e criação de tais animais no nosso contexto sociocultural contemporâneo, pois com o fluxo intenso de carros, vias de acessos estreitos, lotadas de pedestres e automóveis, a correria do dia-a-dia as novas tecnologias, e os novos meios de acesso,

tornou-se impossível esta prática. Até pouco tempo atrás, ainda víamos na cidade carroceiros, que levavam materiais de construção, como era o caso da Madeireira Lisboa existente em Campinas até o ano de 2000.

Com todas essas particularidades percebemos que é fato que nenhuma cidade aparece por acaso, existe a necessidade de alguma coisa ou algo para que determinado grupo de pessoas possa se fixar em determinado local e criar raízes.

Esses locais, como essas construções como a própria Praça Cívica, atual praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, na época do surgimento e construção de Goiânia, são cenários reais dos acontecimentos que marcaram a vida das pessoas que viveram antes de nós, e que até hoje influenciam nossas vidas, tornaram-se verdadeiros documentos de nossa história. Quando mais sabemos do ontem, mais entendemos o hoje e podemos ajudar a construir uma vida melhor para todos. Assim entendemos que:

Em conformidade com Agência Goiana de Comunicação atual Agência Brasil Central em caráter de notícia vinculada dia 25.08.2009, às 08h19min, parte de Cultura do Goiás Net, comenta sobre a realização de uma reunião técnica ocorrida entre o Goiás Turismo e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Goiás tendo como pauta a definição dos primeiros passos para a revitalização da Praça Cívica.

O então Prefeito da cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, Paulo Garcia, no dia 02 de fevereiro de 2015, às 9h00min, na própria Praça Cívica, em frente ao Palácio das Esmeraldas, juntamente com o Governador de Goiás Marconi Perillo e demais autoridades e populares, foi o responsável por lançar as obras de requalificação urbanística da atual Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, antiga praça Cívica.



Fonte: O Popular (<http://www.opopular.com.br/>) Wildes Barbosa – Acesso: dia 06/03/2016 - 09h:09min.

Essa ação é parte da revitalização e restauração da arquitetura original da Capital, com base nas características históricas de sua própria fundação.

A proposta da revitalização prevê a manutenção das características e da configuração originais da Praça Cívica, privando pela restauração dos monumentos históricos existentes. Sendo desenvolvido um espaço de socialização para a comunidade com a valorização do paisagismo e da iluminação local, além da retirada por definitivo do grande estacionamento de carros ali existente.

Ressalta-se aqui que a Praça Cívica atualmente é denominada Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira e além de outras referência à memória de Pedro Ludovico, hoje conta uma estátua onde aparece montado num cavalo. “Além de ter um busto, batizar a praça, ter uma estátua onde aparece montado num cavalo [...]” (SOUZA, 2015, p. 212). Páginas atrás citamos brevemente esse monumento, mas agora iremos abordar a respeito das mudanças de lugar a que ele foi submetido.

A obra foi encomendada à Neusa Moraes, no início da década de 1990 pela Prefeitura de Goiânia, que queria homenagear o idealizador da cidade. A artista, então, sugeriu a criação de uma estátua equestre, vislumbrando, desse modo, a mesma no alto do Morro do Serrinha, de onde, presume-se, Pedro Ludovico avistou o terreno plano e teve a certeza de que ali era o lugar ideal para a construção da nova Capital. (SOUZA, 2015, p. 215)

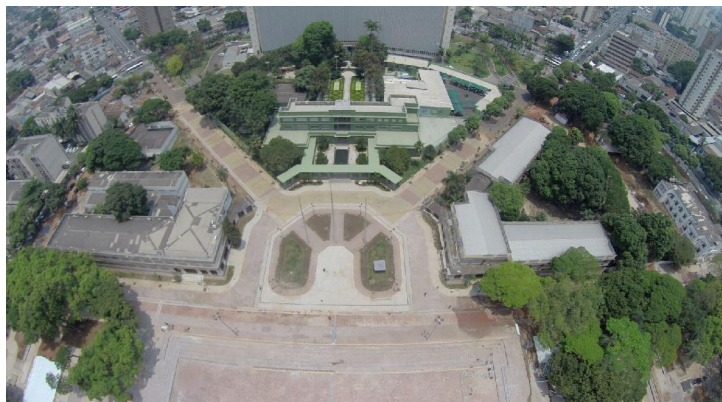
No período inicial da construção do monumento artístico, ocorreram algumas discussões sobre onde iria ser o local apropriado para se começar o início dos trabalhos. No entanto, primeiramente ocorreu a modelagem em gesso, depois a estrutura em ferro, ficando nisso por muito tempo, parada sem que a artista pudesse concluí-la. O Governo do Estado de Goiás resolveu negociar com a Prefeitura e assim assumiu o término da obra, ficando inteiramente responsável pela sua conclusão e respectiva instalação. Assim no ano de 2003, a antiga AGEPEL encaminhou a obra que estava em gesso, para Fundiar.

A estátua de sete metros de altura, quase dois de largura e três de comprimento, com o peso de duas toneladas, foi confeccionada em gesso e ferro, restando a cobertura de bronze, que a Prefeitura não quis assumir. Com isso, ela ficou abandonada até 2003, quando o Governo do Estado se comprometeu a terminá-la, depois de um acordo com a Prefeitura, retirado-a do fundo da igreja e encaminhado-a a Fundação Artística Ltda (Fundart), em Piracicaba, para receber o revestimento em bronze. (SOUZA, 2015, p. 215).

A obra custou, na época, aos cofres públicos R\$ 423.690 mil, tendo o monumento artístico chegado na madrugada de 13 de outubro de 2010 na cidade de Goiânia, após um período longo de 19 anos, desde sua concepção em 1999. A estátua

foi então instalada na Praça Cívica, porém, a priori no canteiro da fachada lateral esquerda do Palácio Pedro Ludovico entre a confluência da avenida 82 e da rua 85 no Centro de Goiânia.

Nesta nova proposta de revitalização a estátua do fundador da Capital foi reinstalada em um local de destaque internamente, ficando a circulação de veículos restrita somente para acesso ao Palácio das Esmeraldas, ou seja, residência oficial do Governador.



101 razões para se apaixonar por Goiânia

<http://www.curtamais.com.br/> (Acesso: 06/03/2016 às 09h:16min.)

O Projeto da revitalização da Praça Cívica ficou entre os 425 projetos selecionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através dos Ministérios da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, o recurso aprovado foi de R\$ 12,5 milhões, direcionado para obras de reestruturação, reconstrução, requalificação, restauração e conservação de espaços públicos, muitos destes já tombados, e que passaram por análises técnicas. Tais como: a própria história de implantação e revitalização, a previsão inicial da obra de requalificação da praça, compreendida em 58.935 metros quadrados, foi de dez meses, conforme afirmamos anteriormente. A obra da revitalização da Praça Cívica teve início em fevereiro de 2015 e foi entregue antecipadamente no dia 24 de outubro de 2015.

Todo este processo construtivo e de revitalização envolveu uma dinâmica que foi contemplada, além da restauração de bens tombados, a requalificação do espaço público, como o conjunto da Praça Cívica, passando pelo Monumento às Três Raças, o Pórtico, os Obeliscos e os bancos, além da restauração e entregas das duas fontes luminosas, além da retirada de todo asfalto existente, o estacionamento foi fechado e, mesmo após a conclusão, os veículo não poderão mais parar no local.

Construído nos fundos do Palácio das Esmeraldas, o Palácio Pedro Ludovico Teixeira tem treze pavimentos e é ocupado por secretarias e autarquias estaduais. Sua edificação foi iniciada no governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964), filho de Pedro Ludovico, no seu primeiro ano de mandato. Após a deposição do mesmo a obra foi paralisada sendo retomada no governo Otávio Lage (1966-1971), e finalmente inaugurada em 1973, na gestão de Leonino Di Ramos Caiado (1971-1975). (SOUZA, 2015, p. 212).

A área interna da praça que era asfaltada e juntamente com o concreto das calçadas foram substituídos por pedras portuguesas, blocos e granitos vermelhos, além do plantio de novas espécies de árvores que foram adicionadas no paisagismo, havendo uma readequação das já existentes no local, conseqüentemente toda a iluminação do espaço interno foi modificada, contemplando juntamente as arcadas dos prédios que compõem o conjunto da Praça Cívica, como os da área interna também, os quiosques (lanchonetes) receberão reforma, visando melhorar o visual, o conforto para os freqüentadores dos referidos estabelecimentos comerciais.

Em conformidade com o histórico da Praça Cívica o projeto atual de revitalização pretendeu retomar a idéia original do espaço baseando nos preceitos do projetista, arquiteto, urbanista e paisagista Atilio Corrêa Lima, responsável direto pela criação e desenvolvimento dos desenhos da nova cidade e do Centro Cívico, onde ele pretendia que na parte mais alta da futura cidade, fosse permitido a visibilidade mais ampla e mais estratégica do Palácio das Esmeraldas e dos respectivos acessos aos setores habitacionais e comerciais, num sistema conhecido principalmente na França como na Europa como radiocêntrico.

As normas que a implantação de Goiânia como capital de Goiás foram estabelecida do Decreto Estadual 3.359, de 18 de maio de 1933, que , entre outras medidas, determina que o domínio da zona urbana (Setor Central e Zona Norte da cidade) estivesse sob o poder do governo do Estado, e o domínio das zonas suburbana e rural fosse de responsabilidade do governo municipal. (ICBC, 2010, p.51)

De acordo com a própria Prefeitura de Goiânia, as obras visam devolver as características da época da inauguração na década de 30 nos estilos Barroco e Art Déco.

É importante salientar que a cidade de Goiânia Capital do Estado de Goiás se transformou no decorrer de sua existência numa cidade multirracial, fruto da intensa migração. O seu povoamento teve ligação direta com o povoamento do interior do centro-oeste brasileiro, de forma gradual, principalmente por migrantes de diversas

origens que contribuíram para que a cidade tivesse uma população miscigenada, composta predominantemente de brancos e pardos.

Segundo o censo de 2010 do IBGE pesquisa de autodeclaração referente a população de Goiânia	
Brancos	47,95%
Pardos	44,51%
Pretos	5,68%
Indígenas	0,16%
Amarelos	1,68%
Obs.: Em relação ao outro censo realizado no ano de 2000, houve uma diminuição de brancos e indígenas e um aumento de pardos, pretos e amarelos.	

Atualmente estima-se que Goiânia possua 1.600.000 habitantes, tendo se destacado nos últimos cinco anos no turismo, principalmente depois da nomeação como uma das cidades com melhor qualidade de vida da América, sendo porta de entrada para as demais cidades turísticas de Goiás como: Caldas Novas, Pirenópolis, Cidade de Goiás, o Rio Araguaia (Aruanã), Alto Paraíso, Corumbá de Goiás, e outras. Sabemos que a nível de turismo, Goiânia ainda está em desenvolvimento, pois a cidade possui suas características voltadas para fins administrativos e empresariais. É a capital econômica do Centro-Oeste. A culinária da cidade é cosmopolita.

A revitalização da Praça Cívica ocorreu dia 24 de outubro de 2015, dia do aniversário de 82 anos de Goiânia. Encontra-se praticamente concluída, fechada para estacionamento de carros, exclusivamente adaptada para pedestres e buscando características próprias do projeto original, de Atílio Corrêa Lima, ainda na década de 1930.

A acessibilidade é uma das novidades de modernização dos espaços que estão sendo construídos ou reformados pela empresa de engenharia.

Trata-se de um projeto inovador com características democráticas e de valorização do patrimônio móvel e imóvel, como também provedora do bem estar social, do resgate a memória, salvaguarda e conservação dos traços e idéias originais planejadas pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, na época da inauguração da Praça Cívica.

A estrutura urbana se baseia em dois eixos perpendiculares entre si: o norte-sul (eixo da Avenida Goiás) e outro leste-oeste (eixo da Avenida Anhangüera), que atravessa toda a cidade. A proposta tem um traçado radiocêntrico, em que o ponto focal principal é a Praça Cívica, onde se encontram os principais edifícios administrativos. (ICBC, 2010, p. 49)

Espera-se que a revitalização da Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, ou seja, antiga Praça Cívica, proporcione melhorias para todos os moradores e turistas que ali passarem tendo a sua disposição um espaço arejado, bonito, muito mais atrativo, e que se torne em um futuro próximo definitivamente uma área de convivência, de manifestações cívicas, populares, esportivas, culturais, religiosas visando assim sempre o bom convívio, o multiculturalismo e a prática da democracia.

[...] Durante um longo período essa diversidade cultural do Brasil não foi valorizada. Afirmava-se quando muito, uma identidade nacional formada a partir da constituição de três raças a indígena, a portuguesa e a africana, isso começou a mudar quando, na década de 1920 do século XX, um grupo de artistas e intelectuais se reuniu no que veio a chamar de Movimento Modernista, que passou a buscar e a valorizar as diferentes raízes da cultura brasileira. Integrantes desse movimento também participaram, em 1937, da criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, entre os quais merece destaque o escritor e pesquisador Mário de Andrade. Hoje com o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao longo de 70 anos de existência o IPHAN tem trabalhado no sentido de reformular e aperfeiçoar suas estratégias de atuação para atender aos novos desafios e demandas que surgem, na medida em que as novas demandas que surgem, na medida em que as noções de cultura, povo, identidade, nação e patrimônio são reinterpretadas e ampliadas. Isso significa dizer que o patrimônio cultural é construído ao longo do tempo, a partir de reflexões sobre as experiências de preservação e pesquisas realizadas pelo próprio IPHAN e também por outras instituições, nacionais e internacionais que atuam nesse campo, assim como a partir da observação e incorporação de iniciativas dos diferentes setores da sociedade.[...] (BRAYNER, 2007, p.10)

A noção de patrimônio tem-se evoluído nos últimos tempos, como mecanismo de reivindicação de cidadania por grupos ditos ou considerados de menor valor (subalternos), que buscam outras maneiras de se colocarem inseridos em tais contextos, por se tratar de direitos culturais e sociais, buscando aberturas, tanto em nível de patrimônio material como patrimônio imaterial.

Tanto a informação como o documento seja em nível de patrimônio cultural material ou imaterial são termos usados pelos diferentes seguimentos sociais e profissionais na área de patrimônio cultural. A informação é um termo de difícil definição porque passa por toda a estrutura social. Tudo o que vemos, fazemos, inventamos, construímos, vestimos, falamos, escrevemos, desenhamos é informação. Ou seja, informação são todos os dados que são organizados e comunicados.

Já documento, este é uma unidade de registro de informações, independente do suporte utilizado. Sendo suporte o material no qual as informações são registradas. A confiabilidade de um documento tem que ser garantida para que a justiça seja feita e o passado compreendido. A documentação trata-se, então, de um conjunto destes documentos relativos a certos fatos, com o objetivo de evidenciá-los, legitimá-los ou comprová-los.

Neste processo, o desempenho institucional pela história, a memória e o patrimônio cultural devem ser coerentes e adequados aos interesses que a comunidade aponta. Daí a necessidade de desenvolver ações socioculturais e educativas que possam ser voltadas para valorizar e comunicar e, para que, desta forma, torne capaz de transformar o seu patrimônio cultural em matéria-prima para a produção de produtos culturais autênticos.

Para o museu, tais procedimentos adotados para controle destas eventuais degradações ou desgastes estão na conservação (preventiva, curativa e restauração em conformidade com Boletim Eletrônico ABRACOR – nº 1. Junho de 2010) e na documentação.

Preservação: é uma consciência, mentalidade, política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger e salvaguardar o patrimônio. Resguardar o bem cultural, prevenindo possíveis maléficos e proporcionando a estes condições adequadas de “saúde”. É o controle ambiental, composto por técnicas preventivas que envolvam o manuseio, acondicionamento, transporte e exposição.

Conservação: É o conjunto de intervenções diretas, realizadas na própria estrutura física do bem cultural, com a finalidade de tratamento, impedindo, retardando ou inibindo a ação nefasta ocasionada pela ausência de uma preservação. É composta por tratamentos curativos, mecânicos e/ou químicos, tais como: higienização ou desinfestação de insetos ou microorganismos, seguidos ou não de pequenos reparos;

Restauração: É um tratamento bem mais complexo e profundo, constituído de intervenções mecânicas e químicas estruturais e/ou estéticas com a finalidade de revitalizar um bem cultural, resgatando seus valores históricos e artísticos.

Respeitando-se, ao máximo, a integridade e as características históricas, estéticas e formais do bem cultural, deve ser feito por especialistas.

- Conservação Preventiva – ações indiretas;
- Conservação Curativa – ações diretas;
- Restauração – ações diretas.

Umidade, Temperatura e luminosidade inadequadas a alterações químicas das substâncias que entram na composição dos objetos também causam a sua degeneração. O conhecimento das causas que diminuem a vida do documento vai permitir que se

tome decisão no sentido de criar condições favoráveis de armazenagem e uso para reduzir ao máximo os fatores causadores de sua degradação.

Todos os materiais orgânicos são extremamente frágeis e facilmente deterioráveis por agentes físicos, químicos, biológicos e humanos.

Em se tratando de conservação estão envolvidos um conjunto de medidas destinadas a controlar as supostas deteriorações do objeto, realizadas pelos museus por meio de atividades e dinâmicas de intervenções técnicas e científicas, podendo ser de caráter permanente ou periódico (reversível), aplicado diretamente sobre um objeto ou no entorno.

Os agentes naturais e fatores culturais são responsáveis pela deterioração do bem cultural material. Todas as medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural como: o respeito ao material original, ou quando a conservação torna-se complexa e exige a colaboração de profissionais especializados e qualificados para responder por tais aplicabilidades ou técnicas.

Todos os procedimentos de conservação e preservação devem ser bem documentados assim como as intervenções devem ser identificadas. A influência danosa que os agentes naturais exercem sobre o bem cultural está relacionada às mudanças de temperatura, umidade relativa do ar, luminosidade, proliferação de fungos e insetos, a contaminação atmosférica (poluição do ar). Ausência de ventilação, chuvas, ventos, movimentos tectônicos.

Já os elementos culturais responsáveis pela deterioração do objeto são: O uso inadequado do espaço físico: compromete a conservação do bem cultural quando a construção e a localização do bem cultural quando a construção e a localização dos prédios são inadequadas, devido a ocorrência de vandalismo e de guerra.

Assim, a Praça sofreu todos esses fatores responsáveis por sua deterioração e desgaste com relação ao passar do tempo e o próprio uso diário, motivo pelo qual se fez necessário a sua requalificação, preservação e conservação, para conservar a sua memória e sua história e seu patrimônio cultural material e imaterial presente ali.

É importante ressaltar ainda, que além da preservação e conservação da Praça Cívica, foi necessária, no atual momento, a requalificação para adequar o local, para possibilitar que todos pudessem ter acesso à Praça, de forma livre, cívica e democrática.

No entanto, podemos perceber que ao mesmo tempo que, a Praça fornece tais condições de acesso, nota-se que ainda está falho, pois em decorrência do fluxo grandioso de carros e o fim o estacionamento no interior da Praça, tornou-se

praticamente impossível parar o veículo próximo da mesma. É de se observar que no dia do evento da entrega do catálogo da Exposição: Praça Dr. Pedro Ludovico Através da Imagem, queria levar meus pais que são idosos e com certa dificuldade de locomoção, mas infelizmente tive que deixá-los, pois seria constrangedor além de muito desgastante para ambos chegarem até o destino, pois só se consegue vaga longe dos prédios localizados no interior da Praça, e no dia consegui vaga somente na porta do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sendo que a distância de lá até no edifício Marieta Telles Machado são mais ou menos uns 300 metros de distância.

De outro lado, quanto a conservação da praça descrevemos algumas Leis e Decretos para representar minimamente o universo normativo deste universo de salvaguarda do patrimônio público, sabendo que existem inúmeras leis e decretos dependendo da região ou da localidade, mas todas estas normas seguem padrões preestabelecidos sejam de nível municipal, estadual, federal ou internacional, assim como a Carta de Atenas destinada a criação de normatizações para restauro de monumentos históricos, que ocorreu através do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de monumentos históricos nos dias 21 a 30 de outubro de 1931, com intuito de proferir carta de restauro.

Uma das doutrinas gerais da Carta de Atenas é não procurar reconstruir todo o monumento, mas sim manter uma manutenção deste, e quando necessário, a restauração. Respeita-se o histórico e o artístico de suas características peculiares e principalmente de sua época, respeitando o estilo, os processos construtivos, as formas e maneira de fazer ou produzir materiais construtivos, físicos, de acabamento e estruturais etc.,.

Desta maneira descrevemos abaixo algumas normativas mais usuais pela nossa Constituição Federal de 1988 e através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o IPHAN.

Iniciaremos descrevendo o trata o Decreto –Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em seu artigo 1º revela-nos que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Já no capítulo II Do Tombamento, revela-nos em seu artigo 4º que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o artigo 1º desta Lei, a saber:

No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º e art. 5º:

Art. 1º. No Livro do Tombo histórico as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; No Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeiras; No Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

[...]

§2º. Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1,2,3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente Lei.

[...]

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos. (IPHAN, 2006, pág.101)

Outro ponto de fundamental importância está descrito em nossa lei magna, ou seja, em nossa constituição federal de 1988, que em seus artigos 215 e 216 prescrevem. O artigo 215 menciona que o Estado deverá cuidar de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações das culturas. Já o artigo 216, estabelece como sendo patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira.

É importante salientar que todo brasileiro tem direitos e deveres perante a lei, desta maneira o Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, representa as normas dos crimes contra o patrimônio, em caso de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico em seu artigo 165, descreve que destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada por autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico, fica suscetível a pena de detenção que pode ser de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Já em seu artigo 166, alega que alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei estará sujeito a pena de detenção de 1 (um) mês a 1(um) ano, ou multa.

Outro Decreto muito importante coordenado pelo IPHAN é o de número 3.551 de 4 de agosto de 2000, que institui o Regime de Bens Culturais de Natureza Imaterial

que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, além de outras providências.

Outro instrumento de que se dispõe para preservação do patrimônio cultural é:

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, já mencionado. Por meio do Registro se reconhece que um bem faz parte do patrimônio cultural da nação brasileira, juntamente, por exemplo, entre tantos outros, como cidades de Ouro Preto, em Minas Gerais, de Olinda, em Pernambuco, e o Plano Piloto de Brasília, no Distrito Federal. O Registro se efetiva por meio da inscrição do bem em um dos mais de um seguintes livros: Livro de Registro dos Saberes – para a inscrição de conhecimentos das comunidades; Livro de Registro das Celebrações – para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão – para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e Livro de Registro dos Lugares – destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Os bens inscritos em um ou mais de um desses Livros de Registro recebem o título de Patrimônio Cultural do Brasil. (BRAYER, pág 21)

CONCLUSÃO:

A Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, antiga Praça Cívica, nasceu com o sonho do desenvolvimento e idealização da criação da nova Capital do Estado de Goiás, sendo considerada a primeira construção de Goiânia, em 1933.

A tendência modernista e progressista na época vivenciada no mundo e não diferentemente no Brasil, politicamente com o pensamento governamental do avanço para o interior do país com a chamada “Marcha para o Oeste”, onde buscava-se desenvolver o sertão, ou seja, as áreas mais longínquas de nosso território federativo. Tais mudanças de paradigmas proveram uma revolução intelectual, estrutural, arquitetônica, educacional que rompia com os velhos moldes de pensamentos interioranos e coloniais, passando a valorizar e buscar as diferentes raízes da cultura brasileira, seu povo, suas crenças, ritmos, contrastes, diversidades, multiculturalismo, moldados dentro de um novo contexto estilístico decorativo e arquitetônico, buscado na França que era o Art Déco.

Com as mudanças de paradigmas recorrentes das mudanças ocorridas no final do Século XIX e início do Século XX, foram motivadoras em gerar grande efervescência política e verdadeiras transformações de caráter estrutural, políticos, econômicos na sociedade global como um todo, tendo como fator primordial a rápida industrialização, que foi responsável em gerar um aumento nos centros urbanos.

[...] se considerarmos a complexa rede de relações que orientam o cotidiano dos sujeitos sociais que se apropriam de seus esforços diariamente e neles reinventam novas formas de viver, trabalhar e morar. Espaços que se constituem em uma multiplicidade de territórios definidos pela atribuição de significados que lhes é imposta e que resulta em uma cidade “sensível, imaginária é construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitido que enxerguemos vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível”. Espaços que se tornam um “lugar comum”, e que ao mesmo tempo em que são partilhados fisicamente também são considerados símbolos da participação em uma comunidade urbana.[...]. (JUNQUEIRA, 2010, p.16)

A revitalização da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira trata-se de um processo preservacionista de nossa identidade, história, memória e patrimônio, enquanto cidade edificada e enquanto sociedade constituída, com características próprias, tradições, mecanismos.

Goiânia foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa de Goiás sob influência da Marcha para o Oeste, política desenvolvida pelo governo Vargas para acelerar o desenvolvimento e incentivar a ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Sofreu um acelerado crescimento populacional desde a década de 1960, atingindo um milhão de habitantes cerca de sessenta anos depois de sua fundação. Desde seu início, a sua arquitetura teve influência do Art Déco, que definiu a fisionomia dos primeiros prédios da cidade. Sua Região Metropolitana possui hoje 2 206 134 habitantes, o que a torna a décima região metropolitana mais populosa do país. Destaca-se entre as capitais brasileiras por possuir o maior índice de área verde por habitante do Brasil. (Site PUC Goiás)

A praça neste contexto de construção edificada e marco zero da cidade moderna, cujo título recebeu como capital (metrópole) do Estado de Goiás, sendo planejada, e moldada para as futuras gerações. Espera-se que a revitalização da Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, proporcione melhorias para todos os moradores e turistas que ali passarem, tendo a sua disposição um espaço arejado, bonito, muito mais atrativo, e que se torne em um futuro próximo definitivamente uma área de convivência, de manifestações cívicas, populares, esportivas, culturais, religiosas, visando assim, sempre o bom convívio, o multiculturalismo e a prática da democracia, como já ocorreu em muitos eventos do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRAIS, Cristiano Alencar. Momentos e usos do passado: uma tentativa de conceituação a partir de três experiências. In: *Anais da Anpuh*. 2010.

BRAYNER, Nathalia Guerra. Patrimônio Cultural Imaterial para saber mais IPHAN/MinC Brasília 2007 32p. i 26cm.

CARMO, Danielle do. *Avenida Goiás: Memória e Patrimônio*. (Mestrado em memória social e patrimônio cultural. Universidade Federal de Pelotas), 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 2010, pp. 221-264.

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO – Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, 320p.:14x23cm.

D'ALINCOUT, Luiz. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975, PP.79-115.

GOIÂNIA ART DÉCO: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento – Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, Impresso no Brasil Printed in Brasil – 2010, 190p.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

JUNQUEIRA, Ivanida. A. A., 2011, “Modalidades e Permanências no Centro da Cidade: relações e vivência sua transformação da paisagem urbana. (1950 – 2010) Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia, MG. Brasil.

LEMONS, Gardenia de Souza Furtado. Transporte coletivo em Goiânia: um estudo das representações sociais. (Dissertação, mestrado em Psicologia). Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 2004.

MANSO, Celina Fernandes Almeida, 2001, Goiânia: uma concepção urbana moderna e contemporânea – um certo olhar – Prefeitura de Goiânia Incentivo Cultural, 266p.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém, Descobrindo Goiânia – caderno didático de estudos sociais 3ª série, 1992 Prefeitura de Goiânia Estado de Goiás – Secretaria Municipal da Educação.

NORA, Pierre. “Entre História e Memória: a problemática dos lugares.” In: Projeto História. São Paulo: EDUC (10), dezembro/1993.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. (Dissertação, mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989.

SABINO JÚNIOR, Osmar, Goiânia Global. Oriente, 1980. 286p, ilustr.

SANDES, Noé Freire, “Memória e história de Goiás”. In: SANDES, Noé Freire *et.al.* *Memória e Região*. Coleção Centro-oeste de Estudos e pesquisas. Brasília/Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002, PP. 17-35.

SCHMIDT, Mário Furley. Mova história crítica, 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Nova Geração 2002.

SILVA, Genilder Gonçalves da & MELLO, Marcelo de, A Revolução de 1930 e o Discurso da ruptura Goiânia e a Marcha para o Oeste. Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, nº 11, p.57-89, jul./dez.2013.

SOUZA, Rildo Bento de. 2015, “A história não perdoa os fracos”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO. Brasil.

Sítios consultados:

<http://docslide.com.br/documents/abracor-boletim-jan-2011.html> - Acesso dia 10/02/2016 às 21h:58min - Boletim Eletrônico ABRACOR – nº 1. Junho de 2010

<http://www2.uol.com.br/omossoroense/090504/cotidiano3.htm> Acesso: dia 10/02/2016 às 10h:38min.

<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/10/revitalizacao-da-praca-civica-e-inaugurada-no-aniversario-de-goiania.html> Acesso: dia 22/02/2016 às 00:04

www2.ucg.br/arq/urbano/TEXT0_1.doc (acesso dia 05/03/2016 às 19:54)

<http://sites.pucgoias.edu.br/eventos/coloquiointernacionaleducacaosociedade/goiania/> (acesso dia 05/03/2016

<http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/planta-urbanistica-de-goiania-pode-conter-simbolo-macom-6355/> (acesso dia 05/03/2016 às 20h: 26min.)

<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/4edicao/n11/09.pdf> Acesso - dia 05/03/2016 às 20h:17min. Da região metropolitana de Goiânia (GO): Possibilidades do olhar geográfico PET Geografia - UFG 141 OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, p. 138-148, out. 2012.